

Acção Socialista

Nº 1232 - 24 Novembro 2004

Director: Augusto Santos Silva Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



COM A OPOSIÇÃO DO PS

UM ORÇAMENTO CONTRA O CRESCIMENTO E O EMPREGO



O Governo Santana Lopes/Paulo Portas esqueceu-se do que lhe manda a Constituição. A Constituição determina que o Governo apresente e o Parlamento aprove, no final de cada ano, o Orçamento de Estado para o ano seguinte. Nele é suposto definirem-se as grandes opções de política económica e social e de investimento público, e, em função delas, equilibrar despesas e receitas. Nada

disto fizeram o Governo e as bancadas do PSD e do PP. O Orçamento que aprovaram é um conjunto de truques e habilidades com propósito eleitoralista, a que ninguém dá crédito. Com este Orçamento, o país só pode esperar maior divergência com a Europa, menos emprego e mesmo desprezo pela real consolidação das contas públicas.

LEI DAS RENDAS

Lei dos despejos

3

Orçamento e arrendamento: Dois tiros nos pés do Governo

Por Eduardo Cabrita

15

ENTREVISTA

Jorge Coelho: Preparar a vitória nas autárquicas

6

INICIATIVA

Eurodeputados ao encontro do país

14

ARGUMENTÁRIO

Obras públicas sem estratégia

Por José Junqueiro

13

MÁRIO SOARES 80 ANOS

JANTAR DE HOMENAGEM

7 DE DEZEMBRO CENTRO DE CONGRESSOS DE LISBOA (ANTIGA FIL)



PIOR ERA IMPOSSÍVEL!

A actuação do Governo Santana Lopes/Paulo Portas face à comunicação social caracteriza lapidariamente a sua natureza e lógica global. O Governo desencadeou uma iniciativa em quatro frentes.

Primeira: colocação em postos cruciais de gestores e jornalistas politicamente alinhados. O que fez directamente, por decisão política própria, ou indirectamente, através da sua influência no universo empresarial da Portugal Telecom. Marcos fundamentais são, a este propósito, as sucessivas nomeações do jornalista/comentador/santanista Luís Delgado, primeiro para a direcção da agência Lusa e, depois, para a administração da empresa proprietária, entre outros, do "Jornal de Notícias" e do "Diário de Notícias". As consequências ficaram bem à vista, no último caso.

Segunda frente: operação de condicionamento político da opinião expressa no espaço público. A ânsia de fazê-la foi tanta que provocou desastres irreparáveis na credibilidade do Governo. Falo, claro, da sequência de declarações do ministro Gomes da Silva e da demissão de Marcelo Rebelo de Sousa da TVI.

Terceira frente: domesticação e controlo político do serviço público de comunicação social. Morais Sarmiento, que já havia demonstrado, a propósito do programa "Acontece", o entendimento particular que tem do exercício de tutela (como capacidade de liquidar o que não lhe agrada) e já havia assim lançado um aviso geral a jornalistas e produtores da RTP, deu agora um passo em frente. Lançou a teoria dos limites da independência política dos "media" públicos, sob a excêntrica alegação de que eram os políticos, e não os jornalistas, quem respondia perante o eleitorado... Ao mesmo tempo, o Governo anunciava, via "Expresso", a iminente despedida da direcção de informação da RTP – coisa que a administração se encarregaria rapidamente de concretizar.

Quarta frente: a constituição da dita central de comunicação, verdadeira central de propaganda governamental, colocada sob a coordenação do ministro da Presidência, isto é, de quem já tutela a comunicação social pública e o sistema estatístico nacional.

Não estava mal, não senhor, para a operação de cerco à informação independente ficar completa.

Felizmente, alguns mecanismos fundamentais da democracia funcionaram. Funcionou, desde logo, a opinião pública, que logo percebeu a dimensão do ataque e criticou o Governo. Funcionou a consciência deontológica e profissional de muitos jornalistas e das suas associações representativas. Funcionou a oposição parlamentar. Funcionou a Alta-Autoridade para a Comunicação Social. E, sobretudo, foi certa e claríssima a intervenção do Presidente da República, quer no veto à criação da central de propaganda, quer nos termos da declaração que o justifica.

Mas uma coisa fica bem clara, no modo como o Governo desenhou e quis concretizar esta estratégia de interferência e condicionamento e como reagiu desabridamente às deliberações da Alta-Autoridade. O Governo de Santana Lopes convive mal com a liberdade de informação e opinião. E convive mal com a independência dos órgãos de regulação. Opinião livre, sim, mas desde que seja a nosso favor; regulação independente, sim, mas só se houver benefício das suas decisões: eis a teoria constitucional do santanismo.

Teoria que, aliás, o ministro das Finanças se apressou a estender ao próprio Banco de Portugal. O governador não acompanha o optimismo governamental, o governador tece muitas justas críticas à proposta do Orçamento? Pois cai imediatamente o verniz de Bagão Félix e sai a mais intolerável insinuação sobre supostas afinidades entre Vítor Constâncio e o PS!

Compreende-se o desespero do Governo. No Orçamento, nas contas falsas do Orçamento, como o "Acção" logo intitulou, ninguém acredita. Ninguém coordena os ministros, o primeiro-ministro é o que pior faz à sua equipa. O descontentamento popular é profundíssimo. Mas, se se compreende o desespero do Governo, não se pode é aceitar os seus métodos. Se este Governo convive mal com a liberdade de expressão, com a independência dos jornalistas, com a separação dos poderes, com a autonomia das instâncias de regulação, então a conclusão é só uma: este Governo convive mal com a democracia!



AUGUSTO SANTOS SILVA

Augusto Santos Silva

RI-TE! RI-TE!!!

ANTOONIO COLAÇO

– EM VERDADE TE DIGO, PEDRO, QUE ATÉ **JULHO DE 2005** O GALO (O VETO) CANTARÁ TRÊS VEZES!



NOTA DO AUTOR

QUALQUER SEMELHANÇA ENTRE O PRESENTE CARTOON E PRESSÕES SOBRE BELÉM POR PARTE DO CARTOONISTA É MERA COINCIDÊNCIA.

(A PARTIR DE FOTO DE JOÃO RELVAS/LUSA)

SÓCRATES AFIRMA

ORÇAMENTO DO ESTADO NÃO É CREDÍVEL

No estado actual da nossa economia e das finanças públicas, o secretário-geral do PS, José Sócrates, considerou "totalmente irresponsável, demagógico e uma aventura perigosa querer baixar os impostos sobre os rendimentos", porque esta medida populista "põe em causa os serviços públicos e sociais que o Estado deve garantir aos portugueses".

Na sua intervenção de fundo no debate parlamentar do Orçamento de Estado para 2005, José Sócrates disse que "seguir esta via é seguir a via da facilidade e do populismo, com consequências muito negativas para o nosso futuro", lamentando que "um Governo em dificuldades não se lembre de outra coisa que não seja da demagogia em torno da baixa dos impostos".

Pela sua parte, garantiu, "o PS não embarca neste caminho, por muito popular que ele possa ser, conforme acredita o primeiro-ministro, para recuperar nas sondagens e ganhar alguns votos", referindo que "os portugueses exigem verdade e sentido das responsabilidades na governação".

Justificando o voto contra dos socialistas ao diploma do Executivo de Santana Lopes, o líder do PS afirmou que é na questão da "confiança" que este Orçamento "mais falha", já que "a confusão instalada pelo Governo" com as "sucessivas e contraditórias mensagens" sobre a sua proposta "semeou a desorientação nos agentes económicos e minou a credibilidade de todo o orçamento. E sem credibilidade, um Orçamento não gera confiança".

Para José Sócrates a razão desta "deriva" prende-se com o facto deste Orçamento "não ser feito para resolver os problemas do país", mas antes para "resolver o problema de imagem do Governo". Ou seja, adiantou, "não é o interesse nacional que comanda este Orçamento, mas sim os imperativos da propaganda, já em contagem decrescente para as próximas eleições".

Com este Orçamento, acusou o líder do PS, "o Governo abandona a obsessão do défice, para abraçar uma nova obsessão: a obsessão eleitoral", utilizando o Orçamento como "instrumento de propaganda".

Dirigindo-se directamente ao primeiro-ministro, José Sócrates disse que "a propaganda e a demagogia são as últimas coisas que o país precisa neste momento". Ao contrário, frisou, "do que o país precisa é que lhe falem verdade. E foi isso que o Governo não fez".

Segundo o líder socialista, para "vender ilusões", o Governo construiu "um Orçamento opaco e faltou à verdade na sua apresentação". Ou seja, depois de ter anunciado uma baixa do IRS em 2005, acabou "desmascarado" a ter de "confessar" que essa redução, a existir, "só será sentida por alguns lá para o Verão de 2006, em vésperas de eleições". E não menos "irresponsável" para José Sócrates, é a eliminação dos benefícios fiscais nos PPR e nas contas poupança-habituação. Com esta medida, acusou, o Governo "comete um duplo erro: combate a poupança que devia estimular e promove o consumo que devia controlar", para concluir que com isto "é o rumo da política económica que fica em causa".

Salientando que "um Orçamento do Estado deve estar ao serviço de uma política económica", o secretário-geral do PS fez uma avaliação muito negativa da situação da economia portuguesa, identificando "três grandes falhanços" do Governo, a saber: "O falhanço no crescimento, o falhanço no emprego, o



de falhanço na consolidação das contas públicas".

Assim, Sócrates frisou que Portugal está "no quarto ano consecutivo a crescer menos do que a Europa", no que é "o mais longo período de divergência" desde a adesão à UE. Sobre o desemprego, salientou que este subiu para o "valor histórico de 6,8 por cento", com a taxa de desemprego juvenil a "ultrapassar os 16 por cento", concluindo que o que vai ficar desta governação "é a marca do desemprego". Por fim, afirmou que as contas públicas não estão consolidadas, lamentando que "tantos sacrifícios" tenham sido pedidos para cumprir os objetivos do défice. Por isso, sublinhou, "o falhanço neste domínio é absolutamente indesculpável".

O líder do PS considerou ainda que "o problema de fundo deste Orçamento é que não tem por detrás dele uma ideia política, nem está baseado numa estratégia séria que lhe possa dar coerência e credibilidade".

Crítérios de Sampaio postos em causa

Intervindo no encerramento do debate,

o deputado do PS Jaime Gama foi sibilino na forma como colocou em causa a legitimidade do Governo de Santana Lopes. Havendo, como demonstrou, uma clara ruptura da política orçamental em relação ao anterior Executivo de Durão Barroso, concluiu estar quebrada a continuidade dos critérios financeiros e orçamentais impostos pelo Presidente Jorge Sampaio para a indignação do actual líder do PSD como primeiro-ministro.

"Este Orçamento do Estado é a expressão acabada da descontinuidade da política orçamental e aí põe em causa um dos pressupostos da própria investidura do Governo", afirmou Jaime Gama, acrescentando que "nunca na história um orçamento foi tão inconsistente".

Este Orçamento, frisou, significa uma "miraculosa troca do discurso do sacrifício pelo discurso da miragem", pensado para servir "objectivos de ordem política e de interesse conjuntural" do Governo.

O deputado do PS referiu ainda que existe na actuação do actual Executivo uma "lógica de ilusão que é sobretudo uma gigantesca auto-ilusão".

J. C. CASTELO BRANCO

FRASES-CHAVE DE SÓCRATES

"As contas públicas não estão consolidadas e o OE finge que estão"

"Este Orçamento está ferido de morte na sua credibilidade, está cheio de habilidades e truques"

"O Orçamento é tão imaginativo que já ninguém o pode levar a sério"

"Este Orçamento é feito e pensado para resolver o problema de imagem do Governo"

"Nestes escassos três anos, o Estado endividou-se em mais mil euros por habitante"

"Com este Orçamento, o Governo abandona a obsessão do défice, para abraçar uma nova obsessão: a obsessão eleitoral"

"Nós defendemos um Orçamento que fomente a confiança, ao serviço do crescimento económico e da justiça social – e não um Orçamento como este, que ninguém leva a sério e que se limita a simular um aumento do investimento"

"Assinalo positivamente neste Orçamento algumas medidas de combate à fraude e evasão fiscais com que o Governo finalmente se compromete"

RENDAS

NOVO REGIME FOMENTA DESPEJOS INJUSTOS

Com o voto contra do PS e após uma sessão parlamentar em que cada partido teve apenas cinco minutos para debater em plenário a reforma do arrendamento urbano, a coligação PSD/PP fez aprovar na especialidade o "projecto de lei do despejo".

A bancada socialista teceu fortes críticas ao conteúdo do diploma do Governo e à forma como o processo legislativo foi conduzido, com Eduardo Cabrita a criticar o facto de o assunto não ter sido discutido em comissão por a maioria ter alegado não ter pronto o articulado com as alterações que o

ministro das Cidades havia prometido introduzir, durante o debate na generalidade deste diploma.

"As condições em que decorre este debate é a negação da dignidade que o assunto merecia", acusou o deputado do PS logo no início da discussão, para acrescentar de seguida que "só à última hora a maioria apresentou propostas já divulgadas através da Comunicação Social".

De destacar que antes da votação, a maioria anunciou a inclusão no anteprojecto do novo regime de arrendamento de uma redução do prazo

de pré-aviso para denúncia dos contratos pelos arrendatários, de 180 para 90 dias, como propunham os socialistas.

Também por sugestão do PS, foi alargado de dois para três anos o prazo durante o qual o senhorio não poderá arrendar ou vender o imóvel, depois de denunciado o contrato de duração indeterminada.

Os parlamentares socialistas conseguiram também uma terceira alteração que consiste em limitar a antecipação do pagamento das rendas habitacionais, de seis para três meses, mantendo-se em seis meses para o sector comercial e industrial.

Todavia, não foram incluídas as propostas do PS de definição de "tectos" para aumento de rendas com base nas tabelas do Imposto Municipal sobre Imóveis, e de impossibilidade de denúncia de contratos de arrendamento habitacional durante o período de transição, pelo que os socialistas continuaram a considerar o texto do diploma como "lei da ruptura social, da precariedade, que coloca todos sob a ameaça de despejo e de indemnizações mais ou menos generosas".

Assim, o PS acusa o Executivo de coligação de tentar implementar uma

reforma, ao arripio do que aconteceu nos países europeus, em que se definiram tectos máximos para os aumentos das rendas e se tiveram em conta as garantias dos contratos mais recentes, considerando que vai fomentar despejos injustos. Por isso, anunciou de imediato a intenção de revogar a lei quando voltar ao poder.

Os socialistas consideraram ainda potencialmente inconstitucional o facto de os contratos de regime livre, celebrados depois de 1990, poderem vir a ser objecto de denúncia, ao abrigo do novo regime, depois da fase de transição.

COMISSÃO POLÍTICA

ORÇAMENTO DE ESTADO É PARA CHUMBAR

A Comissão Política Nacional do PS decidiu votar contra a proposta do Governo de Orçamento do Estado (OE) para 2005 por considerá-la um diploma "sem verdade" e "sem credibilidade".

A decisão foi anunciada pelo porta-voz do partido, Pedro Silva Pereira, para quem o OE proposto pela direita é "mau para as famílias, sobretudo para as de classe média, é mau para o Estado e para a consolidação das finanças públicas". Silva Pereira referiu também que o órgão de direcção dos socialistas debateu a questão do referendo sobre matéria do tratado constitucional da União Europeia, afastando de seguida a necessidade de uma revisão extraordinária da Constituição da República para que se faça uma consulta pública sobre a matéria.

"Dentro do actual quadro constitucional, é possível formular uma pergunta e é nisso que estamos a trabalhar", salientou.

A Comissão Política do PS do passado dia 16 analisou ainda a estratégia a seguir nas eleições autárquicas de 2005, tendo decidido que o partido se mobilizará desde já no lançamento das candidaturas para todo o país.



ENCONTRO COM AEP

DESCIDA DO IRS É "ELEITORALISMO RADICAL"

O secretário-geral do PS, José Sócrates, acusou o Governo de seguir a via do "eleitoralismo radical" ao anunciar agora que a descida das taxas do IRS, já prevista no Orçamento de Estado (OE) de 2005, só terá verdadeiro impacto em 2006, ano de eleições legislativas.

"O Governo tem consciência de que as Finanças Públicas chegaram ao ponto a que chegaram e não pode fazer a descida do IRS em 2005, mas quer fazê-la em 2006 quando há eleições", afirmou Sócrates, considerando que isso é apenas a "expressão de um eleitoralismo radical, que retira ainda mais credibilidade ao Governo".

Falando em Matosinhos, no passado dia 10, no final de um encontro com a direcção da Associação Empresarial de Portugal (AEP), o líder do PS apontou a falta de credibilidade como o principal problema do OE para 2005, que "é tudo menos indutor de confiança", factor que considerou "absolutamente necessário para melhorar as perspectivas de crescimento da economia portuguesa".

Segundo sublinhou Sócrates, o "problema de credibilidade" do OE é, desde logo, notório nas "versões muito contraditórias" que, nas últimas semanas, o ministro das Finanças, Bagão Félix, e o primeiro-ministro, Santana Lopes, têm apresentado sobre o documento no que diz respeito à carga fiscal.

"Já não bastava a desorçamentação e o basear o orçamento em receitas extraordinárias, agora há também estas diferentes versões entre um primeiro-ministro que promete baixa de impostos e um ministro das Finanças que diz que afinal isso é apenas uma promessa cuja execução terá lugar apenas em 2006", acrescentou.

Para o líder do PS, a "grande explicação" que quanto a isto o primeiro-ministro tem a dar aos portugueses não caberá, aliás, na carta que Santana Lopes já anunciou pretender escrever aos cidadãos sobre o OE.

"Não sei se vai ser capaz de o fazer apenas numa única carta, vai ter que escrever várias para explicar um orçamento que tem cada vez mais versões e pontos de vista diversos", ironizou.

OE 2005

CONSELHO ECONÓMICO RECOMENDOU VOTO CONTRA A PROPOSTA DE ORÇAMENTO

O Conselho Económico do PS recomendou ao secretário-geral, José Sócrates, o voto contra o Orçamento do Estado para 2005 (OE 2005) por considerar que a proposta prejudica a consolidação das finanças por aumentar a dívida pública. "Uma vez que sem finanças públicas saudáveis não há crescimento sustentado, o Conselho Económico recomendou ao engenheiro José Sócrates que proponha à Comissão Política Nacional do PS votar contra a aprovação do OE 2005", afirmou o economista Manuel Pinho, que integra aquele órgão consultivo e é o novo porta-voz socialista para as questões económicas.

Manuel Pinho falava no dia 11 numa conferência de Imprensa, no intervalo de uma reunião, no Centro Cultural de Belém, do Conselho Económico do PS, onde participam personalidades como Teodora Cardoso, Silva Lopes, Luís Campos e Cunha, Vítor Martins, João Ferreira do Amaral. O encontro, que foi presidido pelo secretário-geral do PS, José Sócrates, teve como objectivo debater a proposta do Orçamento de Estado para 2005.

Justificando a recomendação feita ao PS, Manuel Pinho frisou que o Governo não aproveitou "a ligeira retoma da economia para reduzir o recurso a receitas extraordinárias", o défice real de 4,2 por cento do Produto Interno Bruto (PIB)



previsto no OE 2005 e a dívida pública de 63 por cento.

O economista contestou também, além do fim dos benefícios fiscais para os planos poupança, "a baixa dos escalões do IRS" por considerar "desaconselhável" o desincentivo à poupança e o incentivo ao consumo na actual conjuntura económica. E alertou que "o rácio da dívida pública subiu estes três anos de 56 para 63 por cento do PIB, tendo ultrapassado o valor máximo de referência do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) da União Europeia, enquanto o endividamento das famílias subiu de 95 para 110 por cento do rendimento disponível".

"Uma nação endividada não é verdadeiramente livre", acrescentou o porta-voz para os assuntos económicos. Defendendo que a proposta do Governo prejudica o objectivo "totalmente prioritário para o Conselho Económico" da consolidação orçamental, Manuel Pinho advertiu que "qualquer sinal de populismo poderá mergulhar o país numa grave crise financeira".

Do Conselho Económico do PS fazem também parte deputados da bancada socialista como Joel Hasse Ferreira, Eduardo Cabrita, João Cravinho, Pina Moura, Vieira da Silva e Guilherme d'Oliveira Martins.

BANCO DE PORTUGAL CONSIDERA ORÇAMENTO INSUFICIENTE PARA REDUZIR DÉFICE

A proposta de Orçamento do Estado para 2005 foi alvo de fortes críticas do governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, que considerou que o documento aumenta a dívida pública e é "insuficiente" para reduzir o défice. No discurso que proferiu no I Congresso da Democracia Portuguesa, Constâncio afirmou que "o Orçamento actual é insuficiente para assegurar qualquer progresso na redução do défice estrutural", enquanto "a dívida pública ultrapassará os 60 por cento", valor

limite imposto pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento da União Europeia.

O governador do Banco de Portugal criticou também o comportamento dos agentes económicos e dos responsáveis políticos portugueses em áreas como as da inovação e investimento em conhecimento.

Segundo sublinhou Constâncio, "73 por cento dos industriais portugueses têm fraca utilização de tecnologias de ponta" e "no investimento em conhe-

cimento Portugal está na cauda entre os países da OCDE".

Na sua intervenção, o governador do Banco de Portugal negou ainda que o modelo liberal da economia seja a única via capaz de contribuir para o desenvolvimento dos países, conforme nos tentam impingir os arautos do pensamento único, lembrando, a propósito, que, "entre os dez países mais competitivos do mundo, seis deles têm poderosos Estados-Providência", dando como exemplo concreto o caso finlandês.

SÓCRATES SAÚDA VETO PRESIDENCIAL A CENTRAL DE COMUNICAÇÃO DO GOVERNO

José Sócrates saudou o veto do Presidente da República à central de comunicação que o Governo pretendia criar, aconselhou a PT a vender as suas participações nos "media" e reclamou legislação que impeça a concentração de órgãos de Comunicação social.

Em declarações aos jornalistas, o líder do PS afirmou que o anúncio do veto presidencial "chegou em boa altura" porque "o Governo estava a passar das marcas na tentativa de pressão e controlo da Comunicação Social".

Segundo Sócrates, "o primeiro-ministro deve aprender a lição" porque "os portugueses querem que esteja preocupado em resolver os problemas do país e não em cuidar das relações

públicas e da sua imagem".

Além de saudar o veto e esperar que a posição do Presidente da República seja respeitada, o líder do PS sustenta que "este é o momento para a PT vender os seus órgãos de Comunicação Social, porque "não é bom para o Estado que o Governo tenha directa ou indirectamente interferência na comunicação social". José Sócrates defende que a ocasião deve também ser aproveitada para legislar por forma a impedir a concentração da propriedade dos órgãos de Comunicação Social.

"A nossa democracia dá sinais de que é preciso reforçar os mecanismos que garantam a pluralidade e diversidade editorial no país", disse.

SANTARÉM

SÓCRATES ELOGIA GESTÃO DE RUI BARREIRO

Uma das prioridades do PS, se ganhar as próximas legislativas, será criar um "novo modelo de financiamento para as autarquias locais" que reduza a sua dependência relativamente às receitas da construção civil, prometeu o líder do PS, José Sócrates, no dia 13, em Santarém, na apresentação do candidato socialista à Câmara nas autárquicas de Outubro de 2005.

O secretário-geral do PS considerou que esta dependência "tem sido muito negativa para o urbanismo em Portugal", defendendo como principais linhas de acção e de identidade da agenda política autárquica dos socialistas "a aposta na qualidade de vida e nas políticas sociais".

Falando num jantar que reuniu centenas de militantes e simpatizantes socialistas de todo o distrito, José Sócrates justificou a escolha de Santarém para o início da maratona de apresentação dos candidatos do PS às câmaras do país, com a "obra feita" pelo camarada Rui Barreiro à frente dos destinos do município, a quem não poupou elogios pelo trabalho realizado.

Na sua intervenção, o líder socialista sublinhou que, nos seis anos de governação do PS, as verbas transferidas para o poder local duplicaram. "Foi a maior operação de descentralização de recursos feita em Portugal e isso honra o PS", disse, lamentando que o mesmo não tenha acontecido nos últimos três anos, que representaram "um recuo" e um sinal de "desconfiança" no poder local.

"Esse é um tempo que vai acabar porque não há desenvolvimento sem uma aposta forte no poder local", afirmou.



Fazer de Santarém um pólo de novas tecnologias

No discurso de recandidatura, o candidato socialista Barreiro lembrou as dificuldades por que tem passado, acusando o Governo PSD/PP de estar a "impedir o desenvolvimento de Santarém", preferindo a "política da terra queimada para os concelhos que não são das suas cores".

"A instrumentalização política das verbas dos vários PIDDAC, além de ostensiva, tem sido uma afronta à população de Santarém", acrescentou. Rui Barreiro referiu ainda as dificuldades que tem sentido pelo facto de dirigir uma equipa que não tem maioria absoluta, pedindo

que se inicie "a grande caminhada" para uma maioria "clara e reforçada" dos eleitos socialistas no concelho.

Para o próximo mandato, o autarca definiu como objectivo central fazer de Santarém "um pólo industrial de novas tecnologias", uma "referência no planeamento urbano", mas também nas actividades culturais e na prática desportiva, e dotada de um "pólo de excelência no ensino superior".

Rui Barreiro mantém a sua aposta no orçamento participativo como forma de chamar os cidadãos à participação cívica e lamentou ter de se defrontar diariamente com "gravíssimas situações de ordem social, cada vez mais numerosas, mais graves e de mais difícil solução".

ARGANIL

COELHO DESTACA ÉTICA DE ANTÓNIO SIMÕES

Em linha com as declarações do secretário-geral em Santarém, Jorge Coelho reafirmou que o PS apresentará na Assembleia da República um projecto de alteração da Lei das Finanças Locais, de forma a impedir que muitas autarquias fiquem "nas mãos dos interesses dos construtores".

O secretário nacional para as autarquias falava em Arganil, também no dia 13, na apresentação do candidato do PS à câmara municipal, o independente António Oliveira Simões, engenheiro civil.

Na sua intervenção, Jorge Coelho teceu fortes críticas ao Governo de Santana Lopes, que acusou de não cumprir as promessas de redução dos impostos, desemprego e listas de espera na saúde, o que contribuiu para que "a política esteja bastante desprestigiada no nosso país".

Estendendo as críticas ao anterior Executivo, o dirigente do PS afirmou que Durão Barroso "deu à sola na primeira oportunidade e não quis saber mais das promessas feitas aos portugueses".

No plano autárquico, Jorge Coelho disse que o PS, após as eleições locais do próximo ano, "quer mais mulheres à frente das autarquias, sejam ou não militantes socialistas".

Sobre o candidato à Câmara de Arganil, confessou "ficar até emocionado" com a decisão de António Simões de aceitar abandonar a sua actividade profissional na área da construção civil e obras públicas para se dedicar à gestão do concelho, caso venha a ser eleito.

E sustentou que o PS "deve escolher os melhores" candidatos às autárquicas de 2005, sejam ou não filiados no partido, e "com um só interesse: trabalhar para uma vida melhor" nos diferentes municípios e freguesias do país.

A cerimónia de apresentação de António Simões como candidato foi presidida pelo fundador e presidente honorário do PS, Fernando Vale, natural de Coja, Arganil, que Jorge Coelho definiu como "a maior referência ética da nossa vida pública".

Por sua vez, António Simões disse que, se vencer as eleições, pretende "gerir e executar" um projecto para Arganil "capaz de repor e reforçar a sua condição de referência da região da Beira Serra".

Intervieram ainda na sessão os camaradas Fernando Vale, Mário Vale, presidente da Concelhia, e Vítor Baptista, presidente da Federação de Coimbra.

CONVENÇÃO AUTÁRQUICA DE AVEIRO

CONCORRER COM AMBIÇÃO

O PS vai apresentar um novo projecto de descentralização e desconcentração de poderes em Portugal, a implementar quando voltar ao Governo, em 2006, altura em que também vai alterar as regras de financiamento das autarquias.

Estas as garantias deixadas pelo secretário-geral, José Sócrates, em Aveiro, no encerramento da convenção autárquica distrital, ocasião em que frisou a necessidade de "acabar de vez com a balbúrdia em que o Governo transformou este processo".

Empenhado em por termo à asfixiante dependência financeira do poder local face à administração central, Sócrates prometeu que o PS vai acabar com o actual esquema de transferências de verbas, substituindo-o por um sistema de orçamentos municipais com receitas próprias.

Ao anunciar os pressupostos em que assentará a campanha para as eleições locais de 2005, o secretário-geral sublinhou a "qualidade de vida" dos municípios, definindo-a com base em princípios como a urbanização e recuperação de centros históricos e a qualidade ambiental, colocando igualmente a tónica nas "políticas sociais



de proximidade".

Estas serão, disse, "a duas marcas essenciais da agenda política dos socialistas para as próximas eleições autárquicas", numa estratégia que, anunciou, tem por base o pressuposto de que "não basta convergir com a Europa apenas no rendimento. É fundamental que essa convergência se verifique também no aspecto da qualidade de vida".

Segundo o líder do PS, "a coligação que lidera o país está desacreditada e incapaz de aplicar qualquer reforma", e o melhor exemplo disso é o Orçamento de Estado,

"aprovado no meio do maior criticismo de que há memória", mas no qual, lembrou, "ninguém acredita" porque "está cheio de armadilhas e truques".

Antes, já o coordenar autárquico nacional dos socialistas tinha acusado o Governo de estar a conduzir "o mais forte ataque ao Poder Local desde o 25 de Abril".

Perante os autarcas do PS do distrito de Aveiro, Jorge Coelho classificou de "burla" e "fraude" o modelo de descentralização em curso, razão pela qual os cidadãos devem aproveitar as eleições autárquicas do próximo ano para expressarem o seu descontentamento.

"A direita já recebeu um cartão amarelo nas eleições europeias; se receber outro nas autárquicas isso significa uma expulsão certa nas eleições legislativas", resumiu Coelho, durante a sessão de abertura da convenção de Aveiro.

O dirigente do PS garantiu que o partido "está na sociedade portuguesa para ganhar todos os combates", sem deixar de advertir que em eleições autárquicas "nada está ganho, nem nada está perdido", pelo que os socialistas têm de concorrer com ambição.



A definição e construção do modelo de poder local do PS para o Algarve está em marcha. Até ao dia 4 de Dezembro, os socialistas algarvios frequentam um conjunto de acções de formação que pretendem aprofundar questões relativas ao projecto autárquico daquela região.

Assim, mais de uma centena de militantes do PS, sob a coordenação de reconhecidos docentes universitários, debatem temas incontornáveis nesta área como são os elementos estratégicos de desenvolvimento regional, sistemas urbanos, as novas configurações, os novos desafios, as políticas urbanas e de transporte para a mobilidade sustentável, os territórios e o desenvolvimento regional, os recursos e o papel das autarquias na educação, as finanças locais, a intervenção social autárquica, a organização autárquica e as novas formas de gestão municipal.

Esta iniciativa da Federação regional do PS insere-se num vasto programa que culminará no "Fórum Algarve", espaço de debate alargado destinado à construção do projecto autárquico para 2005.

PS/ALGARVE PÕE EM MARCHA PROJECTO AUTÁRQUICO 2005

JORGE COELHO AO "ACÇÃO SOCIALISTA"

"TEMOS COMO OBJECTIVO MAIS CÂMARAS

Até ao final de Janeiro devem estar escolhidos todos os candidatos socialistas às autarquias do país, garantiu Jorge Coelho que está a trabalhar para que o PS tenha "os melhores programas, as melhores alternativas e os melhores candidatos". Em entrevista ao "Acção Socialista", o coordenador autárquico do PS adiantou que se encontram já em preparação uma Convenção Nacional Autárquica, a realizar na primeira quinzena de Março, e um Encontro Nacional de Freguesias a ter lugar logo em Janeiro de 2005. Para dar coerência a toda a estratégia gizada, está também em elaboração um Manifesto Nacional Autárquico, assente em três pontos fundamentais: qualidade de vida das populações, políticas sociais e novas condições de financiamento dos municípios. Sobre a descentralização "inventada" pelo Governo, Jorge Coelho diz que ela serviu apenas para entreter os autarcas, mas vai sair-lhe cara.

Por que razão foi Santarém o município escolhido para a apresentação da primeira candidatura socialista às autárquicas do próximo ano?

É uma capital de distrito importante do nosso país. É um local onde o PS tem obra feita, onde tem orgulho naquilo que tem sido desempenhado pelos socialistas e, portanto, achámos por bem ser escolhido esse local por essas características. Obra feita, importância no país e qualidade daquilo que são os nossos candidatos.

Quais os critérios que presidem às escolhas dos candidatos e qual o programa de lançamentos das candidaturas?

Nós procuramos encontrar aqueles que são os melhores protagonistas e que estejam à altura de poder levar à prática os nossos princípios e valores para que as populações de todo o país a todos os níveis possam ter melhor qualidade de vida e possam ver realizados, no âmbito dos seus concelhos ou das suas freguesias, as suas aspirações e concretizadas as suas expectativas. Queremos que concorram pelo PS pessoas que sendo ou não do partido socialista, se revejam nestes critérios de desenvolvimento do nosso ideário.

Em relação ao lançamento das candidaturas, nós temos um calendário definido. Neste momento estamos numa fase de escolha generalizada de candidatos por parte das comissões políticas concelhias, devidamente coordenados pelos presidentes das federações e por mim próprio. Já estamos com decisões tomadas em muitos sítios

e estamos a fazer estudos de opinião noutros. Queremos que até ao fim do mês de Janeiro estejam praticamente todos escolhidos e vamos ter na primeira quinzena de Março uma Convenção Nacional para apresentação de todos os candidatos do PS, pelo menos às câmaras, assembleias municipais e principais freguesias de todo o país.

Para o PS o que é ganhar as autárquicas de 2005?

Neste momento a nossa principal preocupação é a de criarmos condições para termos os melhores programas, as melhores alternativas, os melhores candidatos. Para responder mais em concreto a esta questão, talvez em Março haja essa possibilidade. Mas temos como objectivo mais câmaras e mais freguesias do que ganhámos nas últimas eleições em 2001. E ter, inevitavelmente, mais votos do que o nosso principal adversário que é o PSD.

Qual a estratégia que está a gizar para atingir esse grande objectivo político para o PS?

Estamos a elaborar um manifesto nacional com as grandes linhas daquilo que vai ser o nosso programa global e que passa muito por três questões importantes. Em primeiro lugar, criar condições para que todos os programas coincidam na busca da qualidade de vida das populações, e isso passa por programas novos na áreas do urbanismo, do ambiente, da educação e da saúde. Aprofundamento das políticas sociais também. E, depois, algo que me parece muito importante, que é o compromisso que assumimos de criar novas condições de financiamento



autárquico de forma a que, nomeadamente, as câmaras municipais estejam menos dependentes do sector da construção. Isso é fundamental.

De que forma pode influenciar as decisões estratégicas do PS para o grande Porto, o facto de Luís Filipe Menezes e Valentim Loureiro não serem candidatos do PSD a Gaia e Gondomar?

Isso é um problema do PSD, não é do PS. Nós temos de ter uma estratégia própria, e, como em tudo, contar com as nossas próprias forças. O que temos de fazer quer em Gaia quer em Gondomar como em qualquer outra câmara do país, é escolhermos os melhores candidatos e termos os melhores programas. Os problemas dos nossos adversários são deles, não são nossos.

Disse outro dia, em declarações, que a coligação em Lisboa tinha acabado. Significa isto que o PS concorrerá sozinho à Câmara da capital?

Constatemos uma realidade. A coligação de Lisboa acabou no momento em que perdemos as eleições no ano de 2001. Não tem havido coligação política a funcionar em Lisboa. Acho que é necessário discutir, reflectir sobre que modelo é que o Partido Socialista vai protagonizar nas próximas eleições, que pode ser com uma nova coligação ou não. Não nos termos em que existia a actual porque está ultrapassada, esgotada, mas, eventualmente, criar novas condições para uma nova coligação. Mas isso é algo que tem de ser discutido com a comissão política concelhia em

Os candidatos, quer num sítio quer noutro [Lisboa e Porto], têm de ser pessoas que dêem garantias aos cidadãos que vão ser motores de desenvolvimento de ambos os concelhos

conjunto com a direcção do partido, para ver qual é a orientação que vamos ter. Na moção do actual Secretário-geral do PS está aberta a possibilidade de coligações dependendo da discussão sítio-a-sítio do país.

Quais os melhores perfis para candidatos a Lisboa e Porto, tanto mais que foi já anunciado que estes nomes só serão conhecidos em final de Janeiro do próximo ano?

Pensamos que já houve ruído a mais nesta matéria. Acho que é preciso haver aqui serenidade, tranquilidade e capacidade das pessoas todas depositarem confiança em quem tem de discutir estas questões e decidi-las, para podermos no momento certo — e eu penso que até ao fim de Janeiro é o tempo certo — escolher quem tem que ser escolhido para protagonizar duas das candidaturas mais importantes do país: Lisboa e Porto. E, sinceramente,

espero que o PS vai ganhá-las por várias razões. Entre as quais, porque, quer Lisboa quer o Porto, precisam rapidamente de ter uma alternativa diferente e nova e que faça com que estes dois municípios tenham novamente o desenvolvimento que infelizmente não têm hoje. Lisboa está completamente paralisada a todos os níveis.

É fundamental que estas autarquias voltem a ter protagonistas de progresso e de mudança. É para isso que estamos a trabalhar. Por isso é que eu acho que os candidatos, quer num sítio quer noutro, têm de ser pessoas que dêem garantias aos cidadãos que vão ser motores de desenvolvimento de ambos os concelhos. Essa é a nossa principal preocupação. Pessoas dinâmicas, com currículo, provas dadas, que possam ir ao encontro daquilo que os cidadãos esperam que o PS apresente para poderem dar a confiança que nós precisamos que nos seja dada para ganhar essas eleições.

O PS, pela voz Secretário-geral e pela sua também, tem vindo a anunciar a apresentação de uma nova lei de finanças locais. Quais os seus contornos políticos, quais as orientações de fundo?

Essa é uma lei que está a ser trabalhada por um grupo presidido pelo Dr. Guilherme d'Oliveira Martins, no âmbito do Parlamento, mas é uma lei que tem que criar condições para modificar o actual estado daquilo que é hoje o financiamento do poder autárquico. Mas o problema não é só o das finanças locais, mas o do financiamento autárquico visto como um todo que está muito dependente do sector da construção. Porque o país

E MAIS FREGUESIAS DO QUE EM 2001"

desenvolveu-se, construiu muito, é preciso criar condições de financiamento nas autarquias que não torne o poder local tão dependente. Isso tem implicações nas áreas do urbanismo, do ambiente, da qualidade de vida, às quais é preciso dar a volta. Mas, a seu tempo, quem está a orientar a feitura dessa lei dará conta daquilo que são as grandes orientações que a mesma vai consagrar. Nós comprometemo-nos a apresentar na nossa campanha eleitoral os princípios básicos daquela que irá ser uma lei que nos propomos fazer aprovar.

Na estratégia global do partido, qual o relevo que merecem as freguesias?

De tal maneira grande que vamos fazer um encontro nacional de freguesias durante o mês de Janeiro. Para nós os autarcas de freguesia têm uma importância muito grande. Não é possível ter vitórias eleitorais sem haver uma mobilização efectiva dos autarcas de freguesia que devem ter mais poderes e mais meios do que aqueles que têm hoje. As câmaras têm também de descentralizar mais algumas das competências que estão nos municípios. Portanto, nós pensamos discutir com os eleitos nas freguesias esse novo papel e contar com eles para a construção desta nova alternativa.

Que consequências têm para as autarquias a limitação ao investimento imposta pelo Governo?

Têm implicações complexas porque o país está parado a vários níveis. Recorde-se que têm sido as autarquias a compensar a falta de investimento que há a nível nacional. Os limites ao endividamento que têm existido, nomeadamente no que diz respeito à componente nacional de investimentos provenientes de fundos comunitários, faz com que o país não se desenvolva e não aproveite devidamente esses mesmos fundos. Isto tem que ser analisado e encontradas soluções. Mas também não quero deixar de dizer, para não entrar em demagogia, que também não defendo a abertura sem regras em matéria de endividamento. Tem de haver equilíbrio. Não pode ser cortar, como este

Governo está a fazer, no poder local e não o fazer na administração central.

Mas os condicionamentos financeiros não têm sido iguais para todos. Têm sido os municípios PSD beneficiados pelo Governo?

O que ouço dizer no âmbito daquilo que é o papel dos autarcas do PS é que tem havido uma forma completamente despidorada do Governo em privilegiar sistematicamente os municípios do PSD, nomeadamente na elaboração e assinatura de contratos-programa que têm um volume inédito nos orçamentos de Estado do PSD e que são canalizados maioritariamente para municípios do PSD em detrimento dos municípios dos partidos da oposição, em particular os do Partido Socialista. Temos câmaras municipais em que os presidentes se queixam por estarem a ser violentamente perseguidos pelo Governo só pelo facto de não serem da cor do partido do Governo. Isto não pode ser em nenhuma situação e o PS não se resigna a que isto continue neste termos.

Olhando o PIDDAC e atento às análises dos diferentes distritos, fica-se com a ideia de um país parado e desesperado. Também é essa a sua leitura?

O país está parado, sem projecto e sem rumo em todos os sectores. E o que está a ser feito é à base de truques. Nomeadamente, no âmbito do PIDDAC, dá-se a ideia de que vai haver mais investimento, quando na verdade esse maior investimento, uma parte está cativada e nunca será aplicada, e a outra parte são despesas de funcionamento de serviços que estão a ser colocadas como se fossem investimento. Ou seja, o investimento público vai diminuir, ao contrário do que diz o Governo. Ora isto é péssimo para o país porque não se desenvolve e é péssimo para a qualidade de vida das pessoas que não vêem os seus problemas resolvidos.

Jaime Gama na intervenção socialista de encerramento do debate do Orçamento de Estado denunciou a ausência do pressuposto da

continuidade das políticas, nomeadamente a orçamental, não retirando daí, contudo, todas as conclusões. Acha que o cenário base de legislativas em 2006 pode ser alterado?

Essa é uma matéria sobre a qual não me pronuncio. Acho que o PS, acima de tudo, tem que contar com os seus próprios *timings*, as suas próprias forças e estratégias. E, portanto, tem de se preparar para os calendários eleitorais. Não compete ao PS alterar calendários eleitorais, compete a outras entidades que têm que observar o que se passa na sociedade portuguesa, estar vigilantes. Sobre o que doutor Jaime Gama afirmou uma coisa posso, no entanto, confirmar: tudo o que ele disse é verdade.

Ainda em relação ao debate do Orçamento de Estado, foi um sinal de coragem política o facto do nosso secretário-geral se ter pronunciado contra a baixa da taxa do IRS?

É um sinal não só de coragem política como de sentido de responsabilidade. Um país que está com a situação financeira com está, um país que para cumprir alguns critérios de natureza orçamental tem de recorrer a receitas extraordinárias e prescindir das receitas ordinárias, é um país que está a ser dirigido por um conjunto de irresponsáveis. Acho que é inédito mas

Não é possível ter vitórias eleitorais sem haver uma mobilização efectiva dos autarcas de freguesia

é um sinal positivo para o Partido Socialista ter uma direcção e ter um líder que, sabendo que isso não é popular, diz ao país que este não é o caminho. Alguém vai ter de pagar isto. E como é que isto se paga? É na degradação total dos serviços públicos em Portugal, na saúde, na educação, na cultura, de tudo quanto o Estado social, um estado que os portugueses necessitam que exista, vai-se degradar totalmente com esta forma de governar o país. E acho que as pessoas que podem estar a ser beneficiadas por diminuir um pouco o pagamento dos seus impostos vão pagar muito mais pelo facto de aquilo que o Estado lhes deveria dar para a sua qualidade de vida se manter, vai ser degradado totalmente.

Qual o seu comentário ao facto de Miguel Cadilhe ser hoje um dos mais fervorosos adeptos da regionalização?

Vejo isso com muitos bons olhos, porque, na verdade, o país precisa de uma profunda reforma da sua administração pública. Mas essa reforma tem de feita em conjunto com a regionalização, transferindo os meios, as funções para aqueles que estão mais próximos dos cidadãos. Não pode continuar a haver, como ainda agora soube, por exemplo, que os apoios de praia do concelho de Cascais estão todos na dependência da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional (CCDR). E andam há dois anos o presidente da CCDR e o presidente da Câmara a tentar que o Governo resolva este problema, para transferir os apoios de praia para a Câmara municipal e não conseguem.

Esta posição do ex-ministro das finanças de Cavaco não espelha, por outro lado, uma forte crítica ao modelo descentralizador implementado pelo actual Governo?

Como é evidente, o doutor Miguel Cadilhe constata uma realidade. É que este modelo de descentralização que este Governo inventou para entreter os autarcas não serviu rigorosamente para nada, ainda não fez nada em Portugal

nem se prevê que venha a fazer alguma coisa. No Orçamento de Estado, a verba que lá está para implementar todo este modelo de descentralização, a mais do que estava no passado, são duzentos mil contos. O que é que é possível fazer com duzentos mil contos? É um *bluff*, foi um truque e é mais um engano para os autarcas portugueses. Vai sair caro ao Governo ter andado a enganar os autarcas durante estes anos.

Qual a sua avaliação, em termos globais, à gestão santanista do Governo de Portugal?

Está à vista. A situação em que se encontra o país de crise económica, social, de valores, um país à deriva sem rumo e sem projecto, e um país onde os cidadãos não acreditam nas instituições, nomeadamente no Governo e em particular no primeiro-ministro. Mas, quero aqui dizer, e ao contrário do que eventualmente alguns camaradas podem pensar, eu acho que isto não está tudo resolvido nem tudo ganho. O Governo tem margem de manobra, tem tempo ainda para poder recuperar e, nesta matéria, já disse isso num artigo que escrevi, aconselho cautela e caldos de galinha que nunca fizeram mal a ninguém, e é bom que o Partido Socialista, os seus dirigentes e os seus militantes trabalhem muito e cada vez mais para poderem construir uma alternativa credível, sólida, para que os portugueses possam olhar para nós como alguém que está em condições de substituir o Governo de direita que conduziu o país ao estado em que se encontra.

Guterres é o melhor candidato da esquerda à Presidência da República?

Já digo isso há muito tempo. Penso que é o melhor candidato, não só da esquerda. Também acho que António Guterres tem as características ideais para se tornar um excelente Presidente da República. Mas isso não depende de mim nem do Partido Socialista, depende antes de mais da vontade dele e da sua avaliação das condições para ser candidato a Presidente da República.





Pelourinho da República

“Não me venham dizer que a consolidação orçamental não está feita, porque está feita”

Santana Lopes no Congresso do PSD, citado pelo DN de 15 de Novembro de 2004

“Recordo aqui as recentes palavras do governador do Banco de Portugal: ‘A necessária consolidação orçamental não está concluída e tem que continuar a ser prosseguida. Este objectivo é muito exigente, quer este ano quer no próximo, face ao crescimento económico que se antevê.’”

Jorge Sampaio no discurso de posse do Governo Santana Lopes em 17 de Julho de 2004

“Terramoto foi uma grande oportunidade”

Subtítulo da entrevista de **Carmona Rodrigues**, presidente da Câmara de Lisboa ao “Público” de 15 de Novembro de 2004

O Governo tem sido “madrasto para o interior”

Ana Manso, presidente do PSD Guarda, no Congresso do PSD, citada pelo “Público” de 14 de Novembro

“Não quero em listas para o conselho nacional do partido pessoas que tenham deixado vagas estas cadeiras”

Pedro Santana Lopes, citado pelo “Público” de 15 de Novembro

“No congresso do maior partido da coligação, nem uma alma disse bem do CDS”

Dirigente do CDS-PP, citado pelo “Público”, de 16 de Novembro

“PP queria amor e carinho”

Revista “Visão”, de 18 de Novembro de 2004, a propósito do XXVI Congresso do PSD

“Relevante é o PSD mostrar que não é entusiasta da coligação”

Mota Soares, citado pela revista “Visão” de 18 de Novembro de 2004

“Trabalhámos imenso e ninguém enjouu”

Paulo Portas à Agência Lusa, depois do Conselho de Ministros do dia 16 de Novembro, a bordo do navio-escola “Sagres”

“Eu não ameaço, não faço chantagens, não faço cenas nem faço birras. Quando fico, fico. Quando saio, saio”

Paulo Portas à revista “Sábado” de 19 de Novembro

AÇORES

CÉSAR DESAFIA SANTANA A CUMPRIR PROMESSAS ÀS ILHAS



Os compromissos assumidos pelo primeiro-ministro aquando da sua intervenção na campanha eleitoral do PSD nas regionais dos Açores devem ser cumpridos. O desafio à memória de Santana Lopes foi feito no discurso de posse de Carlos César, que a propósito sublinhou a importância dos açorianos verem no Governo da República e nos seus titulares “uma instituição e pessoas de bem” que cumprem o que prometem e que pagam o que devem”. Na cerimónia que decorreu, pela primeira vez, na Assembleia Legislativa Regional, o líder do PS açoriano garantiu que o executivo a que preside “não fará oposição partidária ao actual Governo da República”, avisando, porém, que “a região não vai admitir que Lisboa transforme os Açores num terminal da sua tentacularização política”.

“Confio que o primeiro-ministro aprendeu tudo o que tinha a apreender a esse respeito nas eleições de 17 de Outubro”, salientou,

aludindo assim à participação de Pedro Santana Lopes na campanha do PSD-Açores que culminou na derrota histórica deste partido.

Ainda no âmbito das relações com Lisboa, o chefe do Executivo açoriano defendeu que os governos nacionais “não podem continuar a gerir os benefícios da cooperação luso-americana” (decorrentes do acordo da Base das Lajes) com o “propósito evidente e continuado de reduzir ao mínimo os benefícios para os Açores”.

As Grandes Opções do Plano para 2005 apresentadas na Assembleia da República “omitem, pela primeira vez nos últimos anos, o papel fundamental dos Açores e da Base das Lajes na projecção atlântica do país”, alertou.

No discurso perante os novos 52 deputados e várias entidades, entre as quais o ministro-adjunto do primeiro-ministro, Henrique Chaves, Carlos César garantiu que o “Governo dos Açores não quer controlar a

Comunicação Social” pública ou privada do arquipélago.

No âmbito do projecto de regionalização dos órgãos de comunicação social públicos, assegurou, “o executivo regional não aceitará um modelo de controlo político da sua programação ou dos seus critérios de informação”.

Dirigindo-se à oposição, César defendeu a necessidade de “alargar o número de situações em que o consenso seja possível” no parlamento regional, por forma a construir “um consenso para a aprovação de uma nova lei eleitoral”, num período “crucial” do reforço dos poderes legislativos no arquipélago.

Ao nível da União Europeia, o presidente do Governo Regional elegeu como “desafios mais decisivos” a discriminação positiva das ilhas no âmbito da ultraperiferia e a manutenção no próximo Quadro Comunitário de Apoio de verbas não inferiores às que chegaram aos Açores no actual programa.

EMPOSSADA NOVA EQUIPA DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

O IX Governo dos Açores presidido por Carlos César tomou posse no passado dia 16 de Novembro, no parlamento regional, na cidade da Horta, assente agora numa maioria reforçada após a vitória histórica dos socialistas nas últimas eleições.

O novo Executivo açoriano inclui quatro caras novas. O edil de Angra do Heroísmo passa a ser o número dois de César, assumindo a vice-presidência do Governo e a tutela das Finanças.

A Secretária Regional da Agricultura foi entregue ao advogado Noé Rodrigues e as áreas do Ambiente e do Mar estão sob a alçada de Ana Paula Marques.

Já a pasta dos Assuntos Sociais, que inclui a tutela do Serviço Regional de Saúde, foi atribuída ao médico da ilha Terceira, Domingos Cunha. Vasco Cordeiro passa da Agricultura e Pescas para responsável pelo novo

departamento de projectos especiais e de relações interdepartamentais do IX Governo açoriano, enquanto Marcelo Pampolona deixa a Direcção Regional das Pescas para assumir uma nova sub-secretaria dedicada exclusivamente a este sector.

Na Habitação e nos Equipamentos continua o vice-presidente do PS, José Conrente, na Economia mantêm-se Duarte Ponte, enquanto Álamo Meneses ocupa o lugar de secretário regional da Educação. Por sua vez, Carlos Corvelo fica com a competência dos Assuntos Europeus e Planeamento.

Fernando Meneses presidente da Assembleia Regional

Fernando Meneses, cabeça-de-lista pela ilha do Faial às eleições de Outubro que permitiram ao PS reforçar a sua maioria

absoluta nos Açores, foi designado pelo secretariado regional do PS para o lugar presidente do Parlamento açoriano.

Após a reunião do Secretariado, que decorreu na cidade da Horta, o líder dos socialistas açorianos e presidente do Governo Regional, Carlos César, adiantou também que Francisco Coelho será o novo presidente do grupo parlamentar do PS na Assembleia Legislativa Regional (ALR).

Coelho passou pois a liderar a maior bancada da história da autonomia regional, composta por 31 dos 52 deputados da ALR.

César admitiu que a próxima legislatura vai exigir muito trabalho ao Parlamento açoriano, na sequência das alterações introduzidas pela última revisão constitucional, que aumentou os poderes legislativos do arquipélago.

OE EM DEBATE NA FAUL

PIDDAC É EXTREMAMENTE DESEQUILIBRADO

Na discussão do Orçamento do Estado (OE) a coligação de direita "tentou dar a ilusão de que já se pode viver melhor", acusou o presidente do Grupo Parlamentar do PS, António José Seguro, num debate no dia 17 sobre o OE e o PIDDAC para 2005, promovido pela FAUL, no Largo do Rato, em que intervieram também Joel Hasse Ferreira e João Serrano.

Lembrando que em 30 meses de governação da direita este Orçamento do Estado é já o quarto desta maioria, incluindo os rectificativos, o líder da bancada socialista referiu que é chegada a altura de analisar quais os seus resultados à luz do seu objectivo comum, a consolidação das contas públicas.

Mas, segundo sublinhou António José Seguro, a consolidação orçamental não foi alcançada, já que, explicou, "o défice e a dívida são agora maiores do que quando o PS deixou o Governo".

E acrescentou: "Durante dois anos e meio não concretizaram este objectivo e produziram consequências muito nefastas a nível social, em particular no aumento exponencial do desemprego".

Neste quadro, o líder do Grupo Parlamentar do PS concluiu que o anúncio da intenção do Governo de baixar impostos e aumentar pensões, só pode ter uma explicação: "Tentam dar a ideia de que o país já está liberto dos constrangimentos económicos e financeiros, dando a ilusão de que já se pode viver melhor".

Na sua intervenção, Seguro criticou ainda fortemente a intenção do Governo de acabar com as Scut's e de pôr os portugueses a pagar os cuidados de saúde, defendendo que os socialistas "não podem deixar descaracterizar o Estado Social".

Por sua vez, Joel Hasse Ferreira considerou que o OE "procura no



PROJECTOS REIVINDICADOS PELA FAUL

Mobilidade e acessibilidades

Construção da CRIL; construção da ligação entre o nó do hospital Amadora/Sintra, o Lido e a rua Elias Garcia; conclusão da Via Longitudinal Norte; construção no concelho de V. Franca de Xira dos nós de ligação à A1 do Sobralinho e Caniços; correcção do nó de Alverca; conclusão do nó 2 de V. Franca de Xira; melhoria das condições de circulação da EN3, entre Vila Nova da Rainha e Casais de Lagoa; construção da circular nascente ao Cacém.

Saúde

Construção de novos centros de saúde em Sintra, Azambuja, Odivelas, Oeiras e Sintra, Odivelas e Póvoa de S. Adrião; construção das extensões de saúde de Aveiras de Baixo e Vale Paraíso e Tapada das Mercês; conclusão das extensões dos

centros de saúde de Queijas, Algés, e Cruz Quebrada/Dafundo e Olival de Basto.

Educação

Construção das escolas básicas 2+3 de Sarrazola, Tapada das Mercês e Famões; construção dos pavilhões desportivos de apoio às escolas básicas integrada e secundária da Azambuja e nas dos 2º e 3º ciclos de Aveiras de Cima.

Segurança

Construção das esquadras da GNR da Abrunheira e Belas, divisão da PSP de Sintra e esquadras da PSP de Fanhões, Póvoa de S. Adrião e Odivelas.

Ambiente

Construção do novo aterro sanitário que substitua o de Trajouce.

essencial resolver o problema da sobrevivência deste Governo, faltando muito pouco para prometer bacalhau a pataco".

Entre as inúmeras críticas que fez ao Orçamento, o deputado socialista referiu que este documento "não promove o crescimento e emprego", "não tem uma estratégia de desenvolvimento", "não consolida as finanças públicas", "desencoraja a poupança", e "são evidentes as contradições a nível fiscal". O deputado socialista disse ainda que com este Orçamento "há um aumento da dívida pública de forma brutal, comprometendo o processo de sustentabilidade das contas públicas". Por outro lado, Hasse Ferreira considerou que o PIDDAC "é extremamente desequilibrado, quer em termos nacionais quer em termos regionais".

Já o camarada João Serrano, que também moderou o debate, referiu que este Orçamento do Estado ao manter "o famigerado endividamento global zero condiciona fortemente o investimento das autarquias, no que respeita à construção de equipamentos e prestação de serviços essenciais à qualidade de vida dos cidadãos da área metropolitana de Lisboa".

Numa intervenção em que manifestou algumas das preocupações que se colocam aos municípios da área da capital e enumerou os "projectos fundamentais e estruturantes" que a FAUL quer ver incluídos no PIDDAC, João Serrano disse que as autarquias desta região "não poderão continuar a suportar as restrições impostas, quanto ao acesso ao crédito para a construção de habitação social e equipamentos básicos de educação e saúde".

J. C. CASTELO BRANCO

MENTIRAS E INJUSTIÇAS NO PIDDAC

Projectos parados por todo o país, financiamento de obras-fantasma, atribuição de verbas "ridículas" para projectos essenciais ao desenvolvimento e abandono absoluto de compromissos assumidos com o poder local. Esta a síntese dos autarcas socialistas sobre o Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central para 2005.

Nesta edição, o "Acção Socialista" volta a dar voz aos representantes do poder local que denunciam o agravamento do desinvestimento público e da asfixia financeira dos municípios.

PORTO

O PS/Porto exige que o executivo camarário "tome posição", junto da administração central, face ao "abandono" do compromisso assumido em 2001 para a construção de três novos tribunais na cidade.

Para o presidente da Comissão Política Concelhia do PS portuense, o Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) para 2005 não respeita o acordo feito há três anos, entre câmara e Governo, para a construção dos novos equipamentos judiciais. Do investimento previsto no PIDDAC de 2003, de 24,9 milhões de euros a concretizar

entre 2003 e 2005, passou-se para o "abandono total" desse compromisso, com a inscrição de uma "verba ridícula" de 360 mil euros no plano de investimentos estatais do próximo ano, referiu Nuno Cardoso, para quem Rui Rio deve aproveitar o facto do PIDDAC ainda estar em fase de discussão para "pressionar" o Executivo de coligação a "fazer valer os seus compromissos".

FIGUEIRA FOZ

O presidente da concelhia do PS da Figueira da Foz acusou o primeiro-ministro e o presidente da laranja autarquia local de mentirem sobre obras a realizar no concelho. "As promessas de Santana Lopes e Duarte Silva não passam disso mesmo", denunciou Vitor Cunha, que também é deputado pelo PS na Assembleia da República.

Em causa, disse, estão as verbas constantes na proposta do Plano de Investimentos e Despesas para 2005 que, friso, deixam de fora "obras prometidas" à Figueira. O PIDDAC 2005 atribui cerca de 14,3 milhões de euros ao concelho, sendo que a grande maioria desta verba se destina a intervenções no porto comercial (6,5 milhões) e à reabilitação da ponte sobre o Rio Mondego (seis milhões).

"No PIDDAC não vem qualquer verba para a

Ponte dos Arcos e para o molhe norte. Eles mentiram", acusou.

ALIJÓ

A Câmara de Alijó exige a inclusão no PIDDAC de 2005 das verbas para a construção da pousada da juventude, projecto que se arrasta há quatro anos.

Artur Cascarejo, que falava em conferência de imprensa, mostrou-se indignado com o "desaparecimento misterioso" das verbas para a execução desta obra inscritas no plano de investimentos públicos.

Segundo o autarca socialista, a proposta de PIDDAC para o próximo ano "eliminou por completo" a inscrição de financiamentos para a construção da pousada da juventude de Alijó, mas inscreve "pela primeira vez" verbas para a criação duma pousada em Boticas (autarquia PSD), também no distrito de Vila Real. "Receando que a eliminação em PIDDAC e a inscrição da pousada de Boticas pudesse consubstanciar a desistência, por parte do Estado Central, da construção da infra-estrutura de Alijó, esta autarquia deliberou pedir informações ao secretário de Estado da Juventude, do qual ainda não obtivemos nenhuma resposta", declarou Cascarejo, exigindo de seguida que "esta injustiça seja rapidamente corrigida".

PS CRIA DEPARTAMENTO DE COMUNIDADES PORTUGUESAS

O Governo PSD/PP tem desinvestido nas políticas para as Comunidades Portuguesas, faltando assim às promessas de melhorar as ligações a Portugal dos nossos compatriotas espalhados pelo Mundo, acusou o secretário nacional do PS José Lello, numa carta dirigida a todos os militantes socialistas a viver no estrangeiro.

Na missiva, o ex-secretário de Estado das Comunidades, que tem os pelouros da "Competitividade e Inovação", "Comunidades Portuguesas" e "Defesa Nacional", pede aos militantes socialistas o envio de sugestões e a denúncia de situações nos países onde vivem para "ajudar o PS a construir uma alternativa sólida a este Governo".

A carta aos militantes é o primeiro acto oficial do Departamento de Comunidades Portuguesas do PS, criado na sequência do último Congresso do partido, que decorreu em Outubro, em Guimarães. Apoiar as estruturas no estrangeiro, acompanhar a acção do Governo e abrir o partido a todos os que se interessam pelas Comunidades, são as três frentes de acção do novo departamento, que será dirigido pelo ex-deputado eleito pelo círculo da Europa, Paulo Pisco, e funcionará na sede do PS.

"Queremos, desta forma, encetar uma nova página na vida do PS e manter a nossa tradição de apoio aos portugueses que trabalham e vivem fora do país", sublinha José Lello.



CASTELO BRANCO

AGRAVAMENTO DAS CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO

O Orçamento de Estado para 2005 (OE/05) confirma o fracasso da política económica deste Governo. Não inverte a tendência deficitária crescente e procura resolver os problemas de solvência com receitas extraordinárias, além de confirmar a dívida pública.

Com uma previsão de crescimento de 2,4 por cento do PIB e 2,0 por cento de inflação estimada, supondo o preço do petróleo a 38,7 dólares o barril (valor não estabilizado), descontando a receita extraordinária do OE/05, confirma-se um défice de 5,4 por cento em 2003, de 4,8 por cento em 2004 e de 4,2 por cento em 2005, o que não revela consolidação orçamental. Por outro lado, o Orçamento Rectificativo de 2004 aponta para 2.800 milhões de euros de dívidas, colocando a dívida pública em 62 por cento, contrariando todas as imposições do PEC. A mesma dívida pública, que indica 63,8 por cento do PIB para 2005, traz-nos para valores próximos dos de 1995, grandemente reduzidos durante toda a governação socialista.

Implicações para o Distrito de Castelo Branco.

O distrito de Castelo Branco, caracterizado pelas dificuldades que ainda são ressentidas no interior necessita de uma intervenção inteligente e eficaz do Estado. Mas, se o PIDDAC 2005 nos traz cerca de 125 milhões de euros (25 milhões de contos) em investimento, ainda assim representa verbas que se situam ao nível do PIDDAC de 1999, sem nenhuma nova obra estruturante capaz de revitalizar a região.

Ao nível da Educação, o distrito de Castelo Branco revela taxas de abandono escolar significativas, entre os 0,5 por cento e os 5 por cento de jovens entre os 10 e os 15 anos (Censos 2001), o que evidencia a necessidade de continuar a desenvolver a qualidade e diversificação da oferta do Ensino público, tanto no Básico e Secundário, como no Superior, porque constituem motores de desenvolvimento sociocultural e económico. Todavia, o Campus da Talagueira (IPCB) que entre 2003, 2004 e 2005 viu subsequentemente inscrita, retirada e de novo contemplada a Escola Superior de Artes Aplicadas, surge no OE/05 com uma verba nitidamente insuficiente para o arranque das obras, deixando compreender que mesmo a conclusão da Escola Superior de Saúde

(IPCB) se arrastará por vários anos; e a famigerada verba atribuída à Faculdade das Ciências da Saúde – Pólo III mais não é que a continuação de uma iniciativa em boa hora tomada pelo último Governo socialista.

Acerca do número de desempregados, que passou de 4 802 – Abril de 2002, para 7 274 – Julho de 2004, observa-se que cresceu de 51 por cento desde que o Governo PSD – CDS/PP assumiu funções, a um ritmo mais intenso que no resto do país, o que equivaleria a dizer que aumentou ao ritmo de 92 desempregados por mês, ou três por dia, neste espaço de tempo.

Relativamente à segurança interna, registou-se um aumento da criminalidade participada. Se a nível nacional a criminalidade participada aumentou de 6 por cento de 2001 para 2002, e 6 por cento de 2002 para 2003, ao nível do distrito esse aumento foi de 17,7 por cento de 2001 para 2002 e de 13,6 por cento de 2002 para 2003, o que significa para o distrito uma degradação notória das condições e da qualidade do serviço de segurança interna oferecido. Esta análise obriga-nos a raciocinar sobre o esforço de desenvolvimento a manter para colocar ao nível da média nacional a qualidade de vida e a qualidade dos serviços prestados à população do distrito de Castelo Branco. Igualdade de oportunidade significa ainda para nós discriminação positiva.

São necessárias obras estruturantes visando o desenvolvimento regional e distrital, são indispensáveis medidas económicas e fiscais energéticas que privilegiem o crescimento local.

Nenhuma das obras enunciadas no PIDDAC regionalizado apresenta novidade. Todas estavam praticamente inscritas em PIDDAC's anteriores. Desta forma confirmamos que o investimento PIDDAC para 2005 é 16 por cento inferior ao de 2002, último Governo socialista e isto a preços correntes, porque, a preços constantes, o abaixamento é de 22 por cento relativamente a 1995. E se é verdade que o investimento PIDDAC, para 2005, é de 600 euros por pessoa, um crescimento de 26 por cento relativamente a 2004, não é menos verdade que, a nível nacional, o mesmo investimento é de 649 euros por pessoa, o que nos coloca no distrito com – 8 por cento que a média nacional; sendo ainda de realçar que o investimento PIDDAC foi, em 2002, de 713 euros por pessoa, no distrito de Castelo Branco.

Devemos ainda lamentar que, além de não se confirmarem iniciativas de valorização notável do distrito, afiguram-se antes perspectivas de agravamento das condições do desenvolvimento, como por exemplo a colocação de portagens na A23 e a não promoção de medidas para o desenvolvimento do emprego a nível distrital. Mesmo as cativações, previstas em cada Ministério serão de 21,4 por cento

quando no ano passado eram de 15 por cento, apontam para um agravamento das condições económicas.

Mesmo o poder local vê contrariadas as suas perspectivas de crescimento. Enquanto as transferências financeiras para as autarquias eram de 2002 para 2003 de 3,6 por cento e de 2003 para 2004 de 3 por cento, a dotação para o próximo ano (de 2004 para 2005) é apenas de 2,1 por cento (2 por cento para os municípios e 2,7 por cento para as freguesias). As autarquias que continuam sem possibilidade capacidade de endividamento, limitadas por reduzidas transferências de verbas do OE/05, confrontam-se com uma contradição evidente perante um acréscimo em 80 por cento da dotação (que passa a 36.000.000 de euros) para contratos-programa entre o Ministério das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional e as autarquias, através do orçamento da Direcção-Geral das Autarquias Locais, dificilmente explicável, senão por uma tentação eleitoralista. Não deixarão de nos surpreender, igualmente, a inscrição no orçamento do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações de 10.000.000 de euros, assim como a dotação de 4.000.000 de euros, para o Instituto do Desporto de Portugal – sem correspondência no OE do ano anterior – afectos à celebração de contratos-programa com as autarquias para obras em estradas e infra-estruturas desportivas de interesse municipal. A “nova regionalização” e o “reforço da descentralização” não passam de medidas desconexas. Não houve transferência de competências e recursos para os municípios e para as Associações de Municípios. Não há regulamentação de novas taxas, nem dos poderes tributários dos municípios.

A transferência de verbas da administração central para os municípios do distrito de Castelo Branco, que entre 2001 e 2002 crescia em média 13 por cento, verificando-se um abaixamento para um crescimento nas mesmas transferências de escassos 3,7 por cento entre 2002 e 2003, passando depois para uma recuperação ao nível dos 5,2 por cento entre 2003 e 2004, cai abruptamente para 2 por cento entre 2004 e 2005, sem consolidação do défice, nem estabilização da dívida pública, sem capacidade de endividamento, nem dinamização do crescimento regional.

Belmonte, Castelo Branco, Covilhã, Fundão, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova, Sertã, Vila de Rei e Vila Velha de Ródão aguardam por uma tomada de consciência do Governo, cientes de que as transferências do PIB para o distrito, apontando os 3,8 por cento, não resultarão em crescimento. Sem medidas energéticas não se vislumbra desenvolvimento local, sem intervenção oportuna do Estado não haverá nem crescimento regional/local, nem desenvolvimento nacional equilibrados.

PIDDAC INICIAL	un. Euros			VARIACÃO	
	Concelhos	2003	2004	2005	03-04
Belmonte	361.247	269.349	873.194	-25%	224%
Castelo Branco	12.445.495	7.004.535	8.468.183	-44%	21%
Covilhã	4.398.803	8.014.725	13.812.542	82%	72%
Fundão	5.180.939	3.321.965	2.749.118	-36%	-17%
Idanha-A-Nova	295.143	449.990	4.544	52%	-99%
Oleiros	100.000	500.000	595.000	400%	19%
Penamacor	729.935	239.970	38.308	-67%	-84%
Proença-A-Nova		25.000	50.000		100%
Sertã	165.000	161.534	202.500	-2%	25%
Vila de Rei	301.613	591.311	614.330	66%	23%
Vila Velha de Ródão	82.500	73.750	267.500	-11%	263%
Vários Concelhos	82.694.923	78.220.466	97.129.546	-5%	24%
Total	106.766.698	98.782.696	124.804.766	-7%	28%

JOAQUIM MORÃO
PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DE CASTELO BRANCO



PROJECTOS ESTRUTURANTES CONTINUAM ADIADOS

O PIDDAC 2005 para o Algarve pode ser sintetizado em três ideias muito simples: crescimento real nulo, adiamento de projectos estruturantes e marginalização dos concelhos de menor dimensão. Na verdade, dando a ideia de que se está perante um PIDDAC mais generoso para o ano que vem, verifica-se que a verba inscrita é muito inferior a 2002, último exercício efectuado pelo Governo do PS, e, após a cativação, será sempre inferior a 2004. Para além disso, não é possível saber qual a execução do ano corrente, elemento fundamental para o aprofundamento da análise, já que o documento simplesmente esconde esses valores. Este é aliás um documento cheio de truques, omissões e coisas escondidas.

O outro elemento relevante são os contratos-programa, absolutamente desconhecidos e distribuídos a pedido. De alguns exemplos que vamos conhecendo por cá, parece ser o saco azul do Governo a utilizar a seu bel-prazer para apoiar algumas autarquias que lhes estão mais próximas e sobretudo aquelas onde o PSD corre riscos de perder as autarquias de 2005.

Muitos dos projectos estruturantes foram de novo adiados, não se sabendo o que pensa o Governo fazer com eles. Esta situação é tanto mais grave quando muitos destes projectos necessitam de fundos comunitários, estando as verbas e o tempo a escassear.

O Parque das Cidades, nas suas diferentes dimensões, está suspenso. O Pavilhão Multiusos, obra essencial para a região e para o aproveitamento integrado do Parque, foi pura e simplesmente esquecido. Para o Rio Arade, embora haja, finalmente, verba para a sua navegabilidade, nada está previsto para o aproveitamento do seu potencial para o desenvolvimento do turismo de cruzeiros no Porto de Portimão. O Campus de Portimão, da Universidade do Algarve, que já teve verba inscrita num PIDDAC feito por esta

MUNICIPIOS	2002 (Aprovado)	2003 (Aprovado)	2004 (Aprovado)	2005 (INICIAL)	Var. %	Var. %	Var. %	Var. %
	FBI+FGM+FCM	FBI+FGM+FCM	FBI+FGM+FCM	FBI+FGM+FCM	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
CASTELO BRANCO	9.716.981							
BELMONTE	3.330.203	3.480.062	3.688.688	3.762.643	14,3%	4,5%	6,0%	2,0%
CASTELO BRANCO	14.540.658	14.996.402	15.711.273	16.025.490	11,9%	3,1%	4,8%	2,0%
COVILHÃ	10.626.181	10.959.234	11.481.655	11.711.288	11,9%	3,1%	4,8%	2,0%
FUNDÃO	9.372.249	9.680.826	10.157.528	10.380.679	13,1%	3,4%	4,8%	2,0%
IDANHA-A-NOVA	10.078.165	10.443.737	10.945.036	11.163.937	13,1%	3,6%	4,8%	2,0%
OLEIROS	5.278.774	5.516.319	5.847.298	5.964.244	14,3%	4,5%	6,0%	2,0%
PENAMACOR	5.433.786	5.678.306	6.019.004	6.139.384	14,3%	4,5%	6,0%	2,0%
PROENÇA-A-NOVA	5.254.230	5.490.670	5.820.110	5.936.512	14,3%	4,5%	6,0%	2,0%
SERTÃ	6.747.546	6.990.458	7.326.900	7.472.520	11,5%	3,6%	4,8%	2,0%
VILA DE REI	3.209.763	3.354.202	3.555.454	3.626.563	14,3%	4,5%	6,0%	2,0%
VILA VELHA DE RODÃO	3.758.195	3.927.314	4.162.953	4.246.212	14,3%	4,5%	6,0%	2,0%
Total Distrito Castelo Branco	77.629.750	80.530.630	84.715.177	86.429.480	13,6%	3,7%	5,2%	2,0%

Coligação PSD/PP, marca passo.

Para a saúde temos um PIDDAC confrangedor, com um claro desinvestimento global (redução de 20 por cento relativamente a 2004). O Centro Regional de Saúde Pública e o Laboratório de Saúde Pública, adiados, sucessivamente de 2003 para 2004, continuam à espera do Plano de Pormenor do Parque das Cidades. O Hospital Central continua à espera do concurso público. Arrastase para 2005 a instalação do Serviço de Cirurgia do Ambulatório que deveria estar terminado em 2004. Elimina-se a verba prevista no PIDDAC de 2004, referente ao programa Ambulatório/Helipista, confirmando o abandono da construção da manga de ligação entre o edifício do ambulatório e o edifício principal do Hospital, o que implica que os doentes terão que ser transferidos pelo exterior dos edifícios. Resta-nos a consolação de finalmente se prever o fim das obras no Centro de Reabilitação e Fisioterapia do Sul, em S. Brás de Alportel.

No domínio das infra-estruturas de transportes rodoviários, prossegue o IC27 até Alcútem, mas em contrapartida fica para as calendas a beneficiação e ampliação do IC 4, entre Lagos e Sines, designadamente pela anulação do projecto de Variante a Aljezur.

No que diz respeito ao Metro Ligeiro de Superfície no Algarve, essencial para uma política sustentável de transportes a nível regional, tudo fica pelo projecto. E é este Governo, este mesmo Governo, que quer introduzir portagens na Via do Infante!

É curioso mas sintomático que as obras de referência neste PIDDAC sejam em autarquias do PSD. É certo que são obras reclamadas pelo PS. O novo Quartel da GNR em Tavira e em Lagoa. O Tribunal da Relação em Faro e o Tribunal Judicial de Silves. A Circular de Faro e a ligação Loulé-Quatro Estradas, obras essenciais para estes dois concelhos, que só agora têm sinal para avançar, depois de um atraso de dois anos (ao que não deve ser alheio o ano eleitoral que se avizinha). Mas há também o projecto de beneficiação da EN 124 entre Silves e Messines. É verdade que a Variante de S. Brás de Alportel tem inscrita a verba para o pagamento da obra, mas é preciso não esquecer que já está concluída (e era só o que mais faltava se não tivesse lá a verba necessária).

Mas o mais escandaloso neste PIDDAC é a marginalização dos concelhos de menor dimensão com situações mesmo caricatas do ponto de vista das políticas públicas. Os concelhos de Aljezur, Alcútem, Monchique, Vila do Bispo e Castro Marim são os concelhos com o investimento público "per capita" mais baixo na Região. Mas Aljezur é um caso de estudo, já que se vai investir menos de um euro por habitante (5000 euros e para projecto que está parado).

MIGUEL FREITAS
PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DE FARO



PERSPECTIVAS SOMBRIAS PARA O DISTRITO

A análise dos documentos essenciais para o ano de 2005 – Orçamento de Estado (OE) e PIDDAC – revela que as perspectivas para o distrito de Portalegre são más. Três ordens de razões justificam tal situação:

1. Em primeiro lugar, o conjunto dos investimentos previstos no PIDDAC não correspondem às necessidades de região. São insignificantes em áreas tão relevantes como sejam as áreas sociais – Segurança Social, Educação e Saúde. São insignificantes no que está previsto a nível de acessibilidades. Dois eixos importantes no distrito – IC13 e IP2 – continuam por concretizar em largos trechos.

Por outro lado, a construção da Barragem do Pisão em Crato e a Escola de Hotelaria de Portalegre, embora com verbas reduzidas, não tem qualquer arranque.

A variação nominal do PIDDAC no Alentejo é em 2004/2005 menos 17,7 por cento. Em Portalegre, distrito, e relativamente a 2002 – último orçamento do Governo PS – há uma baixa de 7 por cento a preços correntes e de 14 por cento a preços constantes de 1995.

Ou seja, tem-se vindo a verificar uma *quebra constante* no investimento no distrito de Portalegre desde que o PSD está no Governo.

2. A segunda ordem de razões pelos quais este OE é mau verificam-se nas transferências para os municípios do distrito. A taxa de crescimento nominal era em 2002 (último Orçamento elaborado pelo Governo do Partido Socialista) de 13,7 por cento. Em 2003 passou só para 4,2 por cento, em 2004 para 5,5 por cento e em 2005 propõe-se tão-só 2 por cento. Um crescimento

mediocre da responsabilidade deste Governo, insensível aos problemas do interior.

Acrescente-se ainda que os meios para transportes escolares têm crescimento zero e que a capacidade de endividamento continua nula.

A anunciada legislação sobre competências, cobrança de impostos, obrigações, entre outras matérias, continua à espera de ver a luz do dia.

As autarquias têm, assim, acrescidas dificuldades para fazer face aos problemas.

3. Finalmente, uma terceira ordem de razões deste péssimo Orçamento prende-se com a falta de políticas activas de emprego, a falta de estímulos fiscais à localização de empresas, a falta de medidas para combater o abandono escolar. Não existem medidas neste Orçamento e neste PIDDAC que promovam o desenvolvimento regional, a criação de emprego e mesmo a fixação de populações na região. Temos um mau Governo e por isso temos, também, um mau Orçamento.

MIRANDA CALHA
PRESIDENTE DA COMISSÃO POLÍTICA DA FEDERAÇÃO DE PORTALEGRE



TRUQUES E MISTIFICAÇÕES NAS VERBAS PARA O DISTRITO

O OE para 2005 é o Orçamento com mais truques que alguma vez um Governo apresentou aos portugueses e assente na mais pura mistificação.

É o truque da consolidação orçamental, com a apresentação do défice abaixo dos 3 por cento, mas com o artifício das receitas extraordinárias.

É o truque da baixa dos impostos para 2005, mas com a artimanha em que os contribuintes só o vão sentir o seu efeito muito perto das eleições legislativas.

É o truque do aumento do investimento, mas com a magia de transformar despesa corrente em investimento.

É um Orçamento assente na mistificação das previsões do crescimento de 2,4 por cento em 2005, quando a previsão na União Europeia, a média é de 2,1 por cento.

É a mistificação das previsões para a inflação de 2,00 por cento, quando todos os indicadores apontam para 2,4 por cento.

É um Orçamento assente no preço de 38,7 dólares do barril de petróleo, quando o preço hoje está de acima dos 47,0 dólares por barril.

São os truques, as artimanhas e as mistificações que descredibilizam este Orçamento e assim está comprometida a confiança dos agentes económicos, com consequências evidentes para a nossa economia.

O que ontem era uma obsessão, a consolidação das finanças públicas, hoje deixou de ser uma prioridade; contudo, a dívida pública aumentou significativamente de 2001, que era de 55 por cento para 62 por cento em 2004, o que demonstra que o Governo desistiu de cumprir o PEC em matéria de dívida pública e não o consegue cumprir em matéria de défice orçamental.

Ora, se todo o Orçamento está cheio de truques e mistificações, o PIDDAC para o distrito do Porto não poderia ser diferente.

Da análise do PIDDAC nacional, verifica-se que o mesmo subiu sempre desde 1995, nesse ano foi de 3752 milhões de euros até 2002 que foi de 6639 milhões de euros, descendo já em 2003 para 6256 milhões de euros e em 2004 para 5861 milhões de euros, e num passo de mágica o OE para 2005 prevê o valor de 6724 milhões de euros.

Mas é na execução que reside uma grande preocupação, uma vez que no corrente ano a execução do PIDDAC não deverá ultrapassar os 55 por cento, quando nos governos do PS era superior a 80 por cento.

Importante não é inscrever obras no PIDDAC, mas sim ter o mérito de as executar.

No distrito do Porto volta a usar-se um expediente, procurando demonstrar que o PIDDAC sobe. Mas é por demais evidente a mistificação.

Havendo um decréscimo de 27 por cento, de 2003 para 2004, existe um aparente aumento de 39 por cento para 2005, contudo em valor absoluto o aumento é virtual, uma vez que se cortou em 2004 e de 2003 para 2005 o aumento é apenas de 19 milhões de euros.

E aqui, uma vez mais, a grande fatia do PIDDAC é constituída por obras que vêm da governação PS (o metro do Porto com 663 milhões de euros correspondendo a 55 por cento, a renovação da

rede ferroviária e dos comboios com 47 milhões de euros correspondendo a 4 por cento, as acessibilidades ao Porto de Leixões com 25 milhões de euros correspondendo a 8 por cento e o Programa Polis com 25 milhões de euros correspondendo a 8 por cento) o que representam o equivalente a 68 por cento do PIDDAC previsto.

E se acrescentarmos o Programa PRIME com 151 milhões de euros que corresponde a 13 por cento, verificamos que para os restantes investimentos do PIDDAC apenas restam 19 por cento, o que é manifestamente um valor irrisório, razão pela qual em todos os municípios o PIDDAC sofre cortes brutais.

Mas o mais significativo é a inexistência de novas obras, a supressão de muitas anteriormente previstas e os ridículos valores das inscritas. Os seus valores são tão baixos, que se logo vés estarem lá apenas para que se conste e para satisfação de clientelas eleitorais.

Surpreendente é também o facto de, pela primeira vez, não existir uma programação plurianual dos investimentos. Incompetência ou patranha?

RENATO SAMPAIO
DEPUTADO DO PS PELO PORTO



ESTRATÉGIA DE TOTAL ABANDONO

Estando em curso a discussão do Orçamento do Estado (OE) para 2005, e após conhecimento da proposta do Governo, chegamos à revoltante e triste conclusão do costume. Este Governo de direita está contra o distrito de Santarém sem que consigamos perceber qual a razão desta falta de respeito – mas alguma coisa é.

Numa breve abordagem constatamos que, apesar da profunda preocupação ambiental que nos motiva a situação no rio Alviela – que regressou aos níveis de poluição verificados antes do PS ter assumido a governação – e apesar das múltiplas intervenções parlamentares dos deputados do PS do distrito nesse sentido, o Governo continua sem propor qualquer dotação financeira que permita resolver este grave problema, numa estratégia de total abandono a que já nos habituou.

Verificamos igualmente que o gravíssimo problema de segurança e preservação ambiental que afecta toda a cidade de Santarém – a estabilidade das barreiras, não se observa qualquer verba capaz de ajudar, pelo menos a travar o deslizamento. O Governo parece apostado em continuar a imputar o ónus desta possível calamidade à Câmara Municipal de Santarém, já de si tão penalizada pela incúria governativa quando reprova, sistematicamente, qualquer apoio às múltiplas obras que o Executivo vai desenvolvendo. Basta pensarmos na excelente recuperação do Teatro Sá da Bandeira, obra emblemática em prol da cultura escalabítana, paga integralmente pela Câmara sem que o Estado, ao menos, emprestasse um cêntimo para a sua realização.

Uma terceira nota no que se refere à questão das acessibilidades no distrito, verificamos que a velocidade de concretização daquilo que já devia estar a ser inaugurado se tivéssemos um governo normal em Portugal – a conclusão do Plano Rodoviário 2000 – continua em marcha lenta... E percebe-se, claramente, que não fora este ataque cerrado às populações do distrito de Santarém, entre outros, que é a aplicação de portagens na A23, e nem sequer andaríamos lentamente. Ou seja, na expectativa que aceitamos a introdução de portagens naquela via, o Governo promete fazer algumas obras em matéria de acessibilidades para depois vir dizer que se verificou um atraso por qualquer motivo, tal como já nos habituou, por exemplo com o programa Polis para Tomar que adiou para 2007.

E, para ilustrar esta postura que não passa despercebida, basta pensarmos que as obras de acessibilidades que ali vêm previstas apenas se referem às regiões do distrito que, directa ou indirectamente, se relacionam com estradas onde pretendem aplicar este alucinado princípio do utilizador-pagador. Senão, por que razão não aparece solução para a EN 349 em Ourém apesar de prometida já em anos anteriores?

Finalmente dedico uma palavra à avaliação orçamental da actividade económica, tão penalizada por este Governo com a liquidação dos apoios e das expectativas dos empresários que criam riqueza no distrito, com a extinção dos apoios que existiam e estavam em curso. Pensemos nesta loucura que foi adiar a rede de implantação de gás natural, apesar de contratada com obra em curso, deixando o distrito de Santarém à beira de um ataque de nervos... Ainda quero ver com que lata irão aparecer candidaturas da direita às câmaras municipais do distrito...

PAULO FONSECA
PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DE SANTARÉM

OS GALOS

Eu aposto na vitória da chantagem de Portas sobre Santana. Por isso, acho que temos que trabalhar para vencer a direita unida, autárquica, presidencial e legislativa.

Paulo Portas estava habituado a ser criticado veementemente por dirigentes socialistas. Mas esses eram aplacados, quando não por outros métodos, pela auto-flagelação. De facto, houve sempre alguém "de esquerda" disponível para redireccionar a crítica. Acho que tais teóricos da boa tática nunca quiseram perceber que o primeiro passo do PS para reconquistar a confiança dos que não votam ou oscilam o seu voto entre o PSD e o PS seria a denúncia da direitização da coligação governamental. Ou seja, o trabalho lento e arriscado de mostrar aos portugueses como o PP é o fulcro e não o apêndice da coligação; como foi o PSD que ficou amarrado aos extremismos PPistas e não Portas que ficou condicionado a políticas moderadas.

Contudo, ganhámos essa batalha. Os portugueses — até os militantes do PSD — já sentem e dizem que a influência do PP no governo é desmesurada. Ao que acresce que a derrota eleitoral do PP-PSD nas europeias e nos Açores tornou claro que Portas não acrescenta nada eleitoralmente ao grande partido da direita. E se Barroso se tinha algemado à coligação pré-eleitoral com o PP, este não pode ter a certeza de que Santana o fará.

Santana joga no mesmo campeonato de Portas. Entre eles não há divisão do trabalho lucrativa. Querem os mesmos eleitores, são amigos das mesmas "celebridades", procuram o mesmo podium do populismo.

Com um líder que é como Portas e melhor que ele, por que haveria o aparelho laranja de dar um seguro de vida ao PP? Elementar... E se Marques Mendes disse o que ia em muitos corações laranja, Morais Sarmiento, qual Brutus, apenas lembrou que as facadas não se avisam de véspera.

Contudo, Portas é bom entendedor. Daí que tenha querido parar para pensar, isto é, arrancou para o congresso da sua falange de amigos, protegidos e protectores públicos.

Anunciar, agora, um congresso do PP é mais ou menos dizer: ou me dão a faca e o queijo, isto é, me garantem a coligação; ou eu cumprio a profecia do António Costa no início do mandato da coligação (de que o governo cairia quando Portas decidisse).

Entre os galos da direita, o segundo "round" de Barcelos já está marcado. Falta saber quem será o amigo que receberá o convidado para jantar com Santana Lopes e se, à sobremesa, ficará decidida a AD pós-vichyssoise ou uma deslocação a Belém.

Eu aposto na vitória da chantagem de Portas sobre Santana. Por isso, acho que temos que trabalhar para vencer a direita unida, autárquica, presidencial e legislativa.



PAULO PEDROSO

Opinião

PLENÁRIOS DE MILITANTES

SOCIALISTAS MOBILIZAM-SE PARA BATALHAS ELEITORAIS



Ao longo dos últimos quinze dias decorreram em todas as federações do PS plenários de militantes. A crítica acutilante ao Governo e o apelo à forte mobilização dos socialistas para os próximos combates eleitorais foram as mensagens comuns a todas as reuniões. Na impossibilidade de dar notícia de todos estes encontros, o "Acção Socialista" publica nesta edição notas sobre os plenários de Évora, Beja e Viana do Castelo.

Perante militantes e autarcas socialistas do distrito de Évora, reunidos no passado dia 16, Sónia Fertuzinhos reiterou a total oposição do PS à proposta governamental de Orçamento de Estado para 2005 por considerá-la "sem credibilidade, baseada em habilidades, cheia de falsidades e sem uma única orientação estratégica par Portugal".

A presidente do Departamento das Mulheres Socialistas e dirigente nacional do partido acusou o Executivo de coligação de tentar relançar a sua imagem e a de Santana Lopes, fazendo da sua proposta orçamental uma "prova de vida" de último recurso e em que vale tudo.

"Só assim o primeiro-ministro promete conseguir tudo ao mesmo tempo", explicou, acrescentando de seguida que entre a apresentação da proposta da maioria de direita e a sua discussão na Assembleia da República, "o país percebeu que o OE era uma farsa e uma grande irresponsabilidade", onde também "não faltam as tradicionais contradições entre ministros e chefe de Governo".

No debate realizado no Palácio D. Manuel, intervieram, entre outros, os camaradas Henrique Troncho (presidente

da Federação do PS de Évora), José Ernesto (presidente da Câmara de Évora) e Victor Martelo (presidente da Câmara de Reguengos).

Do conjunto das intervenções sobressaiu a ideia do PS assumir com orgulho o seu passado governativo e defender com coragem as suas bandeiras, nomeadamente a da regionalização.

Um dia antes, em Beja, no plenário de militantes do Baixo Alentejo, o Governo voltou a ser alvo de todas as críticas, particularmente o facto de estar a adiar o desenvolvimento do interior com as suas políticas orçamentais desastrosas.

Na Biblioteca Municipal José Saramago, o presidente da Federação do PS do Baixo Alentejo, Luís Ameixa, denunciou a redução do PIDDAC do distrito de Beja em 14 por cento, a paralisação do projecto do aeroporto de Beja e a inércia na concretização do IP8, ligando Sines à fronteira. Já o deputado socialista Eduardo Cabrita sintetizou o debate orçamental perante uma numerosa assembleia de militantes, evidenciando a falta de credibilidade das previsões económicas, a injustiça das opções fiscais e a fraude que representa um equilíbrio assente em mais de 2 mil milhões de euros de receitas extraordinárias e no agravamento da dívida pública.

Por seu turno, o secretário nacional do PS para a Organização, Marcos Perestrello, analisou a situação política portuguesa, destacando a incoerência da mensagem emanada do congresso do PSD e a degradação da coligação governamental.

Este Governo é uma fraude

Ao falar para os militantes e dirigentes socialistas de Viana do Castelo, Ascenso Simões classificou o actual Executivo como uma "fraude".

"Falta-lhe legitimidade, autoridade e capacidade políticas para cumprir a sua função", denunciou o secretário nacional adjunto do PS, em Paredes de Coura, no passado dia 12.

"Portugal vive num tempo em que os empresários e investidores se perguntam se vale a pena apostar neste país, em

que as famílias estão com medo do futuro, em que os mais jovens, principalmente os mais qualificados, se encontram, por longos períodos, no desemprego", disse, apontando para aquilo que resumiu como "uma epidemia de desconfiança", face à qual "importa dar esperança para que os portugueses voltem a acreditar".

Antes, o presidente da Federação do PS de Viana do Castelo fez uma crítica exaustiva ao Orçamento de Estado para 2005. Na sua análise, Rui Solheiro deu conta de que a proposta de investimentos para o distrito é das mais penalizadoras em termos de concretização de projectos estruturantes.

O dirigente distrital socialista denunciou ainda o "abandono das principais políticas que foram desenvolvidas nos últimos anos", como as redes sociais, os investimentos na educação e as estratégias de valorização ambiental.

No debate que se seguiu às intervenções, foram levantadas questões relativas à crise da Segurança Social, à desorçamentação na Saúde e nas obras públicas, além de ter sido manifesta a preocupação com o aumento do desemprego e da dívida nacional, que poderá atingir 66 por cento do PIB (Produto Interno Bruto) no final do próximo ano.

A forte mobilização dos socialistas para o reforço do PS nas autárquicas e a sua vontade de contribuir activamente para uma vitória eleitoral nas legislativas de 2006 foi claramente expressa em todos os plenários que foram organizados, de norte a sul de Portugal, entre os dias 5 e 19 de Novembro e onde participaram o secretário-geral, José Sócrates (Vila Real), bem como alguns dirigentes nacionais: António Costa (Lisboa), Francisco Assis (Braga), Pina Moura (Coimbra), Ana Paula Vitorino e Joel Hasse Ferreira (Santarém e Castelo Branco), Carlos Lage (Aveiro), Vieira da Silva (Setúbal), Idália Moniz e José Apolinário (Aveiro), António José Seguro (Leiria), Luís Amado (Portalegre) e Maximiano Martins (Torres Vedras), José Lello e João Cravinho (Porto) e Fernando Serrasqueiro (Viseu).

Encontro de Militantes de Sintra

Quinta do Senhor da Serra
27 de Novembro - 18h00

Presidida por
José Sócrates

Com a participação dos camaradas
Jorge Coelho e Edite Estrela.



OBRAS PÚBLICAS: SEM ESTRATÉGIA, SEM UMA POLÍTICA

por JOSÉ JUNQUEIRO

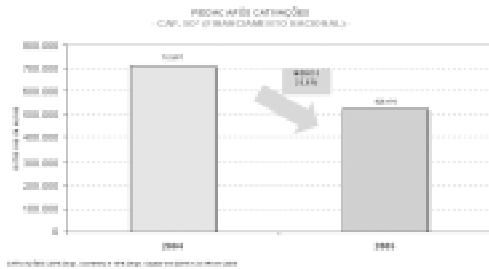
I. O Governo é claro e objectivo no texto da lei do Orçamento de Estado?

Não, porque não há números concretos sobre as grandes áreas de investimento, nem identifica as origens das verbas em "outras fontes" de financiamento, factos que não permitem:

1. Comparar com anos anteriores as prioridades e as fontes de financiamento.
2. Perceber globalmente as áreas prioritárias de investimento

II. Como evoluiu a Despesa Total Consolidada e o Cap. 50?

A despesa Total Baixou 41% e o Cap. 50 baixou 26%.



III. Qual é a consequência para as empresas estratégicas?

O PIDDAC para empresas estratégicas será assegurado, essencialmente, por "outros fundos" cuja origem não se identifica. Serão, principalmente, provenientes de empréstimos (que deverão ter o aval do estado) ou dotações de capital.

No entanto, as empresas tocadas por esta estratégia do Governo (REFER, CP, METROS e agora IEP) são altamente deficitárias pelo que estamos em presença de uma manobra de DESORÇAMENTAÇÃO que agrava a dívida pública e o endividamento das empresas e, simultaneamente, introduz mais um truque para disfarçar o défice.

IV. Quem paga, então, as centenas de milhões de Euros de prejuízo destas empresas?

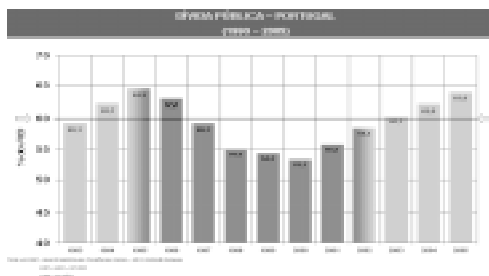
Adoptando a argumentação do Governo, este aplica aqui, para estes prejuízos, o princípio do PAGADOR NÃO UTILIZADOR: Todos nós pagamos estes prejuízos nos transportes, embora não os utilizemos, nós, os de Trás-os-Montes, das Beiras, do Alentejo e do Algarve.

A solidariedade e a coesão nacionais não podem permitir este argumentário do Governo que, como se vê, não tem base de sustentação. A estratégia do Governo é a de pôr todos contra todos.

V. Quais as consequências práticas deste comportamento do Governo?

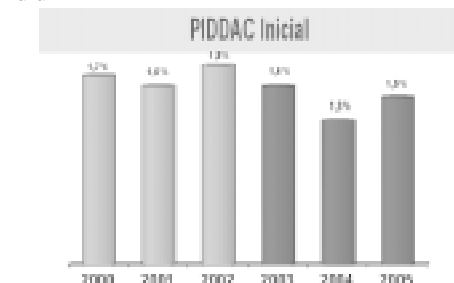
Esta estratégia do Governo contribui fortemente para o Aumento da Dívida Pública que, com o PS, tinha recuado de 64,3% para 55,8% e agora já vai em 62% e no final de 2005 as notícias poderão ser bem piores.

Aqui é que se hipoteca o futuro das próximas gerações.



VI. O que acontece ao peso do PIDDAC na % do PIB?

Baixa



A análise é feita após as cativações (21,4%), porque é este o resultado global que conta para o défice.

VI. Então qual é a política para o sector?

Não há.

Em 30 Meses é o 3º Ministro do MOPHT, pelo que "cada cabeça sua sentença". O que se passa é que não há uma política, há afirmações avulsas e inconsequentes dos diferentes Ministros. As soluções para as várias áreas são um somatório de contradições, interpretadas pelos diferentes ministros, mas também pela vontade avulsa das sucessivas administrações. Vejamos então:

A – Transportes

1. O que é feito da OTA?

O ex Ministro Valente de Oliveira disse que não era necessário, depois disse que era indispensável. O ex. Ministro Carmona Rodrigues seguiu o mesmo trajecto e até prometeu um calendário. Agora o Governo nem OTA, nem Calendário, nem Relatório de 30 de Junho sobre a reserva de terrenos.

2. O que é feito do aeroporto de Beja?

Tem no PIDDAC 19 milhões de euros, 13 dos quais provenientes de Fundos Comunitários. O Governo prometeu o funcionamento para 2003, depois para 2004. Já se percebeu que não será em 2005. Então para quando? Por outro lado, nomearam outra Administração, com dois elementos da Comissão Política Distrital do PSD, os quais não se entendem com o Presidente. Então em que ficamos?

3. O que é feito da Rede Nacional de Plataformas Logísticas?

Em Dezembro de 2001 o Governo PS apreciou e decidiu a implementação da proposta apresentada depois de discussão pública. O PSD congelou. Valente de Oliveira afirmou ser uma grande aposta, Carmona Rodrigues também e agora o terceiro Ministro repete o mesmo. Depois de 30 meses como é possível esta situação?

4. O que é feito nos Portos?

E depois de 30 meses e substituição sucessiva de várias administrações (Lisboa por duas vezes) qual é a política para o sector? Quando começa o movimento em Sines? O que vai fazer aos terrenos da Docapesca? E aos da Matinha? Vão para a Câmara de Lisboa ou para alguém muito conhecido? Qual foi o resultado de exploração do Porto de Aveiro? Como está o processo de concessão da Silopor? E a nova Holding para os Portos, é para consumir as energias de Leixões e colocar mais uns dirigentes da Maioria?

5. Há TGV na ponte 25 de Abril e terceira travessia no Tejo?

Passará o TGV pela Ponte 25 de Abril, como o Governo referiu à Visão, deitando fora os estudos que inviabilizam essa solução?

E haverá um túnel entre a Trafaria e Algés, como o Governo anunciou na RTP?

Depois de 30 meses não têm nenhuma ideia consolidada. Ficou tudo para mandar estudar, pelo 3º ano e pelo 3º Ministro consecutivos.

6. E os TGV Porto-Lisboa e Porto-Aveiro-Salamanca já não se fazem? Depois de 30 meses de Governo ainda não têm uma ideia final sobre o assunto? O que estiveram então a fazer na Cimeira Ibérica da Figueira da Foz?

B – Comunicações

1. E nos CTT?

O Presidente Horta e Costa, há várias semanas disse que os CTT estavam prontos para serem privatizados. Nunca se viu isso em nenhum programa do PSD. Como se chegou a essa conclusão? Também vai chegar aqui o PORTUGAL SA? Quais são sectores que ele referiu estarem em condições de serem privatizados? O que é que, afinal, se pretende abrir à concorrência?

E a qualidade de serviço? A ANACOM, que não nós, afirmou que o serviço se degradou em 2003, facto que levou o Governo a renegociar o contrato de concessão, baixando os níveis de exigência. Será que este enfraquecimento da empresa é propositado a fim de a tornar mais apetecível para uma privatização?

Então, neste contexto, com uma política de despedimento de trabalhadores, de contractualizações sazonais e baixa dos níveis de exigência, como é que pode ser assegurada a boa prestação de Serviços Postais às populações?

2. E nas Comunicações Electrónicas?

Diz o Governo que vai reforçar a concorrência, mas como que objectivo final? A concorrência exige autoridades reguladoras fortes que salvaguardem os interesses dos clientes e das próprias operadoras. Como vai evoluir a relação entre a regulação horizontal promovida pela ANACOM e a regulação vertical promovida pela Autoridade de Concorrência?

E que meios tem esta à sua disposição que a tornem forte e autónoma? E deve ser assim, tanto mais que a rede básica de comunicações e a rede TV Cabo são propriedade de uma mesma entidade.

C – Rede Viária

1. Qual o Orçamento para o IEP?

Não se conhece o OE global para o IEP, facto que não permite:

- 1.1 Comparar com anos anteriores
- 1.2 Perceber globalmente as áreas prioritárias de investimento

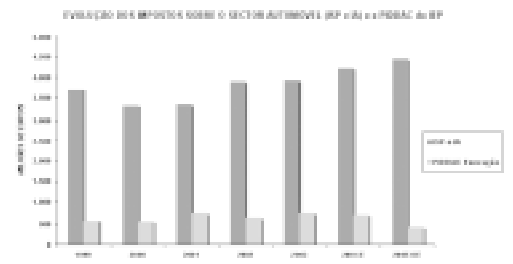
2. E o que se passa com a criação de uma nova empresa para o substituir?

O secretismo do Governo é total. No entanto, o PS teve acesso ao texto final da lei que cria a nova empresa.

O objectivo é claro: ganhar capacidade de endividamento que fuja ao défice, através de operações de endividamento que poderão atingir cerca de 800 milhões de euros.

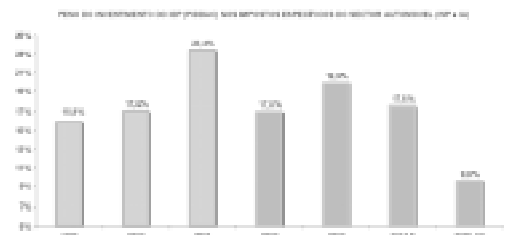
3. Qual é a evolução da receita fiscal dos Impostos Específicos a do OE para o IEP?

A evolução mostra uma clara divergência: cresce a receita fiscal e diminui o investimento.



4. E a evolução do Peso do IEP nos Impostos Específicos?

O Peso do Investimento do IEP nos Impostos Específicos do sector Automóvel Baixa desde 2001



Daqui se conclui que só a evolução da receita fiscal 2001 – 2004, no valor de 840 milhões de euros, foi superior ao Orçamento para o IEP em 2004.

D – As Portagens: definição e custos

O Governo disse que em Abril funcionaríamos as primeiras portagens, mas:

1. As concessionárias dizem não ter sido contactadas para debater qualquer proposta concreta
2. O Governo não é capaz de dizer ao país, porque não sabe, quanto vão os portugueses pagar pela renegociação
3. O Governo não afirmou ainda, com clareza e rigor, o método de cobrança de portagens, nem quanto custa implementá-lo, nem se vai fechar acessos às localidades que existem nos actuais IPs e ICs.
4. Como é que o Governo obriga, legalmente, todos os portugueses à utilização de Via Verde que alguém vai ter de comprar e pagar a uma única empresa que detém o monopólio do mercado.

Lembrar ao Governo que:

Se não fosse o sistema SCUT as estradas construídas e em fase final de construção só estariam prontas em 2025, continuando a aumentar o número de mortos.

As verbas anunciadas, agora, para estradas, até ao ano 2015, esgotariam todo o Cap. 50 de todo o PIDDAC para cada ano, ou seja: nada mais seria feito. O que é que isto quer dizer? Que o Governo mente.

Entretanto, de promessa em promessa, o Governo não lançou uma única obra nova estruturante e congelou as existentes

A opção das SUTS foi política, foi pela coesão nacional e pelo desenvolvimento do interior.

ÚLTIMA HORA:

O Governo baixa o preço das portagens para os monovolumes. Diz que é para ajudar a Auto Europa. Isto é falta de coragem para assumir uma medida. Então, e os outros monovolumes que não produzidos lá? Também baixam. Isto é para ajudar quem? Não é para ajudar os automobilistas, porque todos os automobilistas vão ter as portagens dos seus veículos mais caras. É assim que Santana Lopes compensa a quebra de receita.

SUBSTITUIÇÃO DE COMISSÁRIOS EVITOU CRISE EUROPEIA

A composição da equipa de comissários de Durão Barroso está agora "claramente melhorada", afirmou o presidente da Delegação Socialista Portuguesa no PE, António Costa, acrescentando que a remodelação levada a cabo "correspondeu às expectativas do Parlamento Europeu".

António Costa sublinhou que os três novos comissários indigitados, o italiano Franco Frattini, para a Justiça e os Assuntos Internos, o letão Andris Piebalgs, para a Energia e o húngaro László Kovács, que transitou para a Fiscalidade e União Aduaneira, foram objecto de uma apreciação globalmente positiva nas audições que decorreram em Estrasburgo.

"O Grupo Socialista Europeu agiu, por isso, em conformidade ao recomendar o voto favorável na nova Comissão, o que é correcto do ponto de vista parlamentar, apesar de ser agora claro que o apoio do PE no seu todo não foi entusiástico, mas antes comedido, contido e de vigilância", afirmou António Costa.

O presidente da delegação socialista portuguesa no PE considerou ainda que é necessário agora normalizar as relações com o novo Executivo comunitário. "Durão Barroso já não é o primeiro-ministro de Portugal nem nós a oposição ao seu governo. Barroso será o presidente da Comissão e nós temos de ter uma relação normal com ele nos próximos dois anos e depois de 2006, quando houver um novo Governo do Partido Socialista".

Refira-se, no entanto, que surgiu esta semana um novo problema, desta vez com o comissário Jacques Barrot, por este ter omitido uma condenação, em França, por financiamento ilícito a um partido político. O Grupo Socialista e outras famílias políticas do Parlamento Europeu pediram explicações.

MORTE DE ARAFAT

LÍDERES SOCIALISTAS APELAM A REFORÇO DA PAZ NO MÉDIO ORIENTE

"Espero que o desaparecimento de Yasser Arafat não enfraqueça os objectivos daqueles que acreditam na paz no Médio Oriente", afirmou o secretário-geral do PS, José Sócrates, a propósito da morte do líder palestino, depois de ter assistido à primeira sessão do I Congresso sobre a Democracia Portuguesa, que se realizou em Lisboa.

José Sócrates disse ter recebido a notícia da morte do líder da Autoridade Palestiniana com "grande tristeza", considerando-o uma grande personalidade do nosso tempo. "É importante que a comunidade internacional se mobilize para que se concretize o objectivo de haver uma coexistência pacífica entre Israel e um Estado Palestino independente", acrescentou.

Por sua vez, o secretário nacional para as Relações Internacionais, Luís Amado, prestou homenagem "ao líder incontestável da causa palestiniana ao longo das últimas décadas". "Neste momento de dor para o povo palestiniano, o Partido Socialista expressa o seu profundo desejo que os objectivos de Yasser Arafat sejam o mais rapidamente possível concretizados, designadamente com a criação de um Estado Palestino".

Também o presidente da Internacional Socialista, António Guterres, apresentou à família de Arafat, à Fatah e à Organização de Libertação da Palestina, as suas mais sentidas condolências.

Num comunicado divulgado após a morte do líder palestiniano, o presidente da Internacional Socialista diz esperar que "o testemunho de perseverança e de abnegação dados pela incontornável acção de Yasser Arafat em nome da causa palestiniana possa agora servir de inspiração quer para os povos, quer para as autoridades de Israel e da Palestina, na busca de uma solução de Paz definitiva, que compreenda inequivocamente a co-existência de dois Estados soberanos e independentes, lado a lado num compromisso de segurança e prosperidade para a região e para o mundo".

IS LANÇA CAMPANHA DE COMBATE À POBREZA NOS PAÍSES AFRICANOS

A Internacional Socialista vai lançar uma campanha de apoio ao combate à pobreza, epidemias e pelo desenvolvimento em África. Esta decisão foi tomada no último Conselho da Internacional Socialista, que na semana passada reuniu em Joanesburgo, África do Sul, sob a presidência de António Guterres e que contou com a presença de cerca de quarenta líderes representantes de países africanos, europeus e do Médio Oriente.

A Internacional Socialista decidiu dar o seu apoio à União Africana e aos seus diversos mecanismos de integração, bem como a um projecto global de desenvolvimento económico para África.

A IS vai pedir uma audiência formal ao próximo presidente do G8, o primeiro-ministro britânico Tony Blair, apresentando um programa de propostas relacionadas com a necessidade de uma forte iniciativa da comunidade internacional de apoio a África, com um volume financeiro mais significativo do que no passado.

O cancelamento da dívida dos países mais pobres e a condução das negociações na OMC, por forma a que a ronda de Doha seja assumida como um verdadeiro impulso para o desenvolvimento e implique um forte conjunto de concessões por parte dos países desenvolvidos, foram outros temas defendidos no Conselho da IS.

EURODEPUTADOS VISITAM DISTRITOS PARA AVALIAR PROBLEMAS DO PAÍS

A iniciativa "Na Europa com os Portugueses" levou os doze deputados socialistas ao Parlamento Europeu a realizarem visitas de trabalho, no passado dia 12, a seis distritos do país para avaliar as dificuldades e os problemas das populações a nível local, tendo para isso mantido encontros com associações e organismos diversos da sociedade civil e também com as estruturas do PS.

Esta acção, que vai passar a ocorrer periodicamente, tem como principal objectivo manter um contacto regular entre os deputados europeus e órgãos representativos a nível local e regional, para que seja possível ter uma percepção mais clara das dificuldades e problemas sentidos pelas populações. Como disse em Beja o presidente da Delegação Socialista Portuguesa no PE, António Costa, trata-se de fazer pedagogia sobre a importância da Europa e contribuir para que haja uma maior participação de todos na tomada de decisões, com o apoio dos deputados europeus.

António Costa e Manuel dos Santos visitaram o Núcleo Empresarial da Região de Beja e tiveram uma reunião de trabalho com diversas associações que beneficiam de fundos comunitários através de programas implementados a nível local. Depois destes encontros, os deputados europeus encontraram-se com os dirigentes da Federação do PS do Baixo Alentejo e com a imprensa, a quem deram conta dos resultados da visita.

Fausto Correia e Elisa Ferreira estiveram em Santarém, onde discutiram com o presidente da Câmara Municipal, Rui Barreiros, as melhores estratégias para o concelho e o próximo Quadro Comunitário de Apoio. Os deputados europeus reuniram-se também com empresários do concelho e com associações juvenis e culturais.

Em Vila Real, Capoulas Santos e Jamila Madeira abordaram, particularmente, as questões relacionadas com a agricultura,



a reconversão do mundo rural e o desenvolvimento regional, áreas de especialidade daqueles deputados no Parlamento Europeu. Os deputados começaram a sua jornada de trabalho com uma reunião com o reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e concluíram a visita ao distrito com um colóquio dedicado às perspectivas financeiras. Os deputados Edite Estrela e Francisco Assis, por sua vez, estiveram no distrito da Guarda para uma visita temática dedicada à saúde. Os encontros dos deputados incluíram reuniões com os representantes distritais das ordens dos Médicos e dos Enfermeiros, com a directora da Sub-Região da Guarda da Administração Regional de Saúde, além de uma visita à maternidade do Hospital Distrital da Guarda. No distrito de Aveiro estiveram os deputados europeus Ana Gomes e Paulo Casaca, que mantiveram encontros onde se tratou essencialmente de questões relacionadas com a indústria do calçado,

tendo visitado o Centro Tecnológico do Calçado e a empresa Helsar, em S. João da Madeira. Tiveram também uma reunião com a direcção da Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado. Nesta visita, Ana Gomes e Paulo Casaca encontraram-se ainda com a direcção da Associação dos Armadores de Pesca Industrial. A jornada terminou com um plenário distrital de militantes, onde esteve também presente o actual membro do secretariado nacional e ex-eurodeputado Carlos Lage. Sérgio Sousa Pinto e Emanuel Jardim Fernandes estiveram em Viana do Castelo, e os temas em destaque foram, sobretudo, a hipótese de construção de três novas barragens no rio Minho, a cooperação transfronteiriça à luz da Convenção de Valência e o impacto da criação de novas zonas industriais. Os deputados visitaram os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, abordaram a candidatura conjunta de Valença e Tuy a Património da Humanidade pela UNESCO e encerraram a jornada de trabalho com um plenário de militantes no Centro Cultural de Paredes. **P.P.**



A ADEÇÃO DA TURQUIA À UNIÃO EUROPEIA

COLÓQUIO
Lisboa, 28 de Novembro, 15h30

Deputados do PS ao Parlamento Europeu

ORADORES CONVIDADOS:

Zeynep Karatuna
Embaixadora da República da Turquia em Portugal

Solhattin Demirtas
Presidente da Federação dos Direitos Humanos da Turquia

António Vitorino
Comissário Europeu

Nuno Severiano Teixeira
Professor Universitário e ex-Ministro da Administração Interna

Audiência da Representação da Comissão Europeia em Portugal
(Largo Jean Monnet, n.º 1, 1201-1504-004 Lisboa)

www.partido-socialista.net/pspe

Grupo Socialista no Parlamento Europeu

ANA PAULA VITORINO DENUNCIA

FALTAM COMBOIOS NA LIGAÇÃO LISBOA/SETÚBAL



O Governo é responsável pela degradação do serviço dos comboios da Fertagus por ter reduzido de oito para seis composições por hora a ligação entre o Fogueteiro e Lisboa, após o prolongamento do serviço suburbano até Setúbal.

A acusação foi lançada por Ana Paula Vitorino, secretária nacional para as Obras Públicas e Transportes, após a reunião de uma delegação socialista — constituída pelos deputados Alberto Antunes, Eduardo Cabrita e Ana Catarina Mendes — com a administração da Fertagus, que decorreu no passado dia 19, na estação do Pragal, em Almada.

Em declarações aos jornalistas, Ana Paula Vitorino condenou o facto da extensão do serviço suburbano a Setúbal ter sido

feito à custa da redução de comboios, quando o que estava previsto no contrato de concessão era uma aumento para dez composições por hora, sendo duas com origem/destino em Setúbal e as outras oito com origem/destino em Coina.

A dirigente socialista considera que a redução de comboios poderá ter um efeito negativo na captação de novos passageiros, principalmente daqueles que utilizam habitualmente o transporte individual, devido à degradação dos níveis de qualidade e de conforto.

Descontentes com a degradação do serviço nos comboios que chegam a Lisboa através da ponte 25 de Abril, os socialistas aguardam pela assinatura do acordo de renegociação do contrato de

concessão, que deverá ocorrer até Janeiro e clarificar a estratégia do Governo e da Fertagus na linha suburbana entre Setúbal e Lisboa.

Além destas preocupações, os deputados do PS advertem também para os problemas no Metro Sul do Tejo, que já tem um atraso de “cerca de nove meses” relativamente à data prevista para o início da exploração, em 2005.

Quanto à eventual utilização da Ponte 25 de Abril pelo comboio TGV, Ana Paula Vitorino reconheceu que não deverá haver nenhum problema do ponto de vista estrutural, mas considerou muito difícil a conciliação de um serviço suburbano com a passagem das composições de alta velocidade.

Opinião

ORÇAMENTO E ARRENDAMENTO DOIS TIROS NOS PÉS DO GOVERNO

O Orçamento marcado pela tentação eleitoralista de conjugar o inconciliável (baixa de impostos com aumento de investimento, desincentivos à poupança com a explosão da dívida pública), conseguiu o feito de gerar uma quase unanimidade crítica. Do Banco de Portugal à generalidade dos analistas económicos, dos comentadores políticos aos parceiros sociais todos confluíram no irrealismo das metas definidas e na falta de credibilidade das opções de política orçamental.



EDUARDO CABRITA

O Orçamento de Estado para 2005 e a revisão da Lei das Rendidas foram lançados no início de Outubro como duas peças essenciais para a retoma da iniciativa política pelo Governo.

O Orçamento de Estado marcaria o início de uma segunda fase do ciclo político marcado pela retoma económica e pelo alívio das políticas recessivas necessárias à consolidação orçamental na versão Ferreira Leite.

A Lei das Rendidas iria resolver um imbróglio antigo, dinamizar o mercado de arrendamento eliminando preços especulativos e permitir a recuperação

dos centros urbanos degradados.

Ao fim de algumas semanas, o Orçamento foi aprovado na generalidade e foi concedida autorização legislativa para a Lei das Rendidas mas o balanço não poderia ser mais negativo para o Governo.

O Orçamento marcado pela tentação eleitoralista de conjugar o inconciliável (baixa de impostos com aumento de investimento, desincentivos à poupança com a explosão da dívida pública), conseguiu o feito de gerar uma quase unanimidade crítica. Do Banco de Portugal à generalidade dos analistas económicos, dos comentadores políticos aos parceiros sociais todos confluíram no irrealismo das metas definidas e na falta de credibilidade das opções de política orçamental.

A previsão de crescimento de 2,4 por cento para 2005 foi contestada pelo Banco de Portugal, a baixa do IRS revelou-se uma miragem eleitoralista cujos magros efeitos apenas serão sentidos em 2006, isto é à beira das eleições legislativas, e o aumento do investimento público uma falácia desmentida pela cativação de 21,4 por cento do PIDDAC.

Se a fragilidade da proposta orçamental não bastasse, a óbvia descoordenação entre Santana Lopes, Bagão Félix e Álvaro Barreto quanto às opções em matéria de tributação do rendimento liquidaram o debate orçamental. Falta agora seguir o debate na especialidade para verificar os retrocessos na tributação da actividade financeira e nas medidas de combate à fraude fiscal, determinadas pela pressão do PSD/Madeira, do sector bancário e pelos defensores de garantias dos contribuintes de matriz latino-americana.

Quanto à Lei das Rendidas um Governo de maioria absoluta, que dispunha de condições para obter consensos alargados em torno de uma reforma necessária enveredou, ao optar por uma lei de liberalização dos despejos, por uma via de injustificada conflitualidade social.

O Partido Socialista apresentou 26 propostas de alteração à Lei de Autorização Legislativa baseados nos seguintes princípios:

- a) Estabelecimento de relação entre a renda máxima e a avaliação fiscal do prédio nos termos do Imposto Municipal sobre Imóveis;
- b) Actualização progressiva das rendas ao longo de cinco anos, ou de 10 anos no caso dos inquilinos idosos ou pobres;
- c) Definição das rendas por Comissões Arbitrais;
- d) Estabilidade no arrendamento para o comércio, a restauração ou o turismo.

O Governo recusou o debate e fez aprovar de forma atabalhoada numa lei de autorização legislativa que, ao permitir a denúncia unilateral sem justa causa de contratos com prazo certo, é de duvidosa constitucionalidade. Além disso, irá gerar a instabilidade social entre inquilinos e comerciantes, pelo que se aguarda a apreciação do Presidente da República.

Estamos perante dois casos exemplares em como o Governo anulou a sua degradada credibilidade e incentivou a conflitualidade social perante a ameaça de generalizados despejos a médio prazo.

ARRENDAMENTO URBANO

SOCIALISTAS CRIAM GABINETE JURÍDICO DE ACONSELHAMENTO

Para esclarecer dúvidas dos cidadãos quanto à nova Lei do Arrendamento, os socialistas criaram, até ao final deste mês, um gabinete jurídico de aconselhamento. O anúncio foi feito pelo presidente da Concelhia do PS de Lisboa, Miguel Coelho, após um conjunto de reuniões com associações de inquilinos, proprietários e estudantes, entre outras entidades.

Sublinhando a conclusão unânime de que “esta lei foi lançada apressadamente, está mal fundamentada, merecia debate público e não serve os interesses de ninguém”, Miguel Coelho classificou a iniciativa legislativa da maioria de direita como a “lei do despejo”.

Para Coelho, a lei não vai colocar mais casas no mercado de rendas e vem favorecer a “especulação imobiliária”, criticando fortemente “o silêncio da Câmara Municipal” e o facto desta não se mostrar frontalmente contra a aplicação desta lei. Após conversações com a comissão de inquilinos das Avenidas Novas, a Associação de Inquilinos Lisbonenses, e a Associação Lisbonense de Proprietários, o presidente da Concelhia do PS de Lisboa alertou para a existência de “um sentimento de grande revolta e injustiça”.

“É inaceitável que uma pessoa que paga



40 contos (200 euros) vá pagar mais de 100 contos (500 euros)”, defendeu, para de seguida sublinhar que a União das Associações de Comércio e Serviços se queixa da ausência de um “estudo profundo sobre as alterações da lei naquele

sector”, enquanto as várias associações de estudantes ouvidas receiam “as repercussões no mercado de quartos alugados”.

Por último, Miguel Coelho exigiu o alargamento dos prazos para aplicação da lei.

O País Relativo

KERRY

Durante a campanha eleitoral para a Casa Branca, a direita envergonhada insistiu muito num ponto: a política de Kerry não seria muito diferente da de Bush. Os discursos e a geografia dos resultados eleitorais contrariam claramente esta ideia. No "El País" de 18 de Outubro, antes do dia das eleições, portanto, Timothy Garton Ash desmontava particularmente bem esta tese: "Robert Kagan diz que os americanos são de Marte e os europeus de Vénus. Na realidade, os republicanos são de Marte e os democratas são de Vénus. Há dados que indicam que os eleitores democratas estão mais próximos dos europeus do que dos republicanos. (...) Pensar que Kerry representaria uma mudança de estilo mas não de substância é um enorme equívoco. O estilo é a substância. Para aí metade dos problemas com a Administração Bush não se referem tanto ao que ela fez mas à forma como o fez. O unilateralismo não é tanto o que se faz mas como se faz."



FILIPE NUNES

O RIDÍCULO MATA

Ao fim de seis meses, é já claro que o Governo do PSOE se está a distinguir do Governo do PP mais pelos chamados "temas fracturantes" do que pela política económica e social. A legalização dos casamentos homossexuais e das adopções por casais do mesmo sexo são, para já, as medidas mais emblemáticas. Para além de reconhecer direitos e realidades, esta política constitui uma boa forma de mobilizar os eleitores de esquerda, especialmente em Espanha onde a clivagem esquerda/direita se confunde com a clivagem laicismo/catolicismo (bastante mais do que em Portugal). No entanto, o pior que podia acontecer a esta política de modernização social - que, ao contrário do que a direita pretende, é apoiada pela maioria dos espanhóis - era ser confundida com o chamado "politicamente correcto". A secretária de Estado espanhola para a Igualdade, por exemplo, com o intuito de mostrar serviço, deu um grande contributo nesse sentido. Os organizadores do Masters de ténis de Madrid tiveram a ideia de substituir os tradicionais apanha-bolas por umas jovens modelos. Pois logo a senhora secretária de Estado se encarregou de enviar uma carta ao organizador do torneio insurgindo-se contra esta "visão discriminatória das mulheres que aparecem como simples objectos de decoração e divertimento". Ridículo. Era bem melhor que tivesse enviado uma carta ao senhor Solbes pedindo-lhe que cumprisse o que o PSOE prometeu em relação ao orçamento para a investigação.

O QUE É BOM PARA O PCP É BOM PARA A ESQUERDA?

Quando se soube que Carvalhas ia abandonar o cargo de secretário-geral do PCP várias vozes analisaram o declínio "do partido". Vital Moreira, por exemplo, escreveu que "no caso do PCP o que é problemático hoje não é seu continuado declínio, mas sim o ritmo deste. Só nisso é que o novo SG pode influir: desacelerar ou estugar o definhamento. Uma questão de tempo." Concordo que o declínio do PCP parece ser uma questão de tempo, uma questão de demografia. Mas não acho que se possa dizer que "o ritmo" desse declínio tenha sido especialmente acelerado. Compare-se o caso do PCP com os casos do PCE e do PCF: facilmente constatamos que, apesar de tudo, a percentagem de voto no PCP continua a ser muito razoável. Depois de terem modernizado o discurso, os comunistas espanhóis e franceses praticamente desapareceram do mapa. A melhor forma que o PCF encontrou para se distinguir do PSF foi organizar uma passagem de modelos na sede nacional. O PCP de Carvalhas, pelo contrário, posicionando-se algures entre a renovação e a ortodoxia, conservou eleitorado e abrandou o ritmo do declínio.

Mas, para além do caminho da renovação ou da "evolução na continuidade" (que foi a linha seguida), ainda há outra estratégia possível - que o PCP, pela sua natureza burocrática, dificilmente seguirá: a estratégia do populismo de esquerda. Uma estratégia baseada num discurso anti-sistema e antieuropeu, dirigido aos novos "descamisados", à semelhança do que têm feito, com algum sucesso, os trotskistas franceses. Jerónimo de Sousa - lembrem-se do baile de fim de ano, na campanha presidencial de 96? - pode ser, sem dúvida, o homem ideal para protagonizar esta estratégia. Claro que a governabilidade à esquerda ficaria (ainda mais) prejudicada. Mas: o que é bom para o PCP alguma vez foi bom para a esquerda?

PLENÁRIO DA CORRENTE SOCIALISTA DA CGTP-IN

VALORIZAR O SINDICALISMO E COMBATER A OFENSIVA NEOLIBERAL



"Os trabalhadores e a população em geral vivem hoje pior", devido ao "tremendo falhanço da governação económica da direita, traduzida numa recessão que tem por base a obsessão pelo défice e uma gestão ruínosa da confiança dos agentes económicos", acusou o porta-voz do PS, Pedro Silva Pereira, no encerramento do III Plenário Nacional da Corrente Sindical Socialista da CGTP-IN, que decorreu no passado fim-de-semana em Lisboa sob o lema "Combater a direita e valorizar o sindicalismo". Pedro Silva Pereira sublinhou que por detrás das opções macroeconómicas levadas a cabo ao longo destes dois anos e meio pela coligação de direita, estão razões ideológicas, ou seja, uma "visão neoliberal de preocupação cega com os gastos públicos, à espera que a chamada 'mão invisível' ponha o mercado a funcionar".

Na sua intervenção, o dirigente nacional do PS disse ainda que o Governo na elaboração do OE para 2005 se portou como "um elefante numa loja de porcelana", trocando, sob a pressão das eleições regionais e das sondagens desfavoráveis, a "obsessão do défice" pela "obsessão eleitoral", com um rol de "mentiras" que vão da baixa dos impostos ao aumento do emprego. Por outro lado, Pedro Silva Pereira acusou

também o Governo PSD/PP de ter lançado "uma recessão" nos direitos sociais, apontando como exemplo o novo Código do Trabalho, que gera "insegurança no emprego".

No que respeita à Administração Pública, o secretário nacional do PS considerou que "faz também todo o sentido numa lógica neoliberal os constantes ataques levados a cabo pelo Governo contra os funcionários e as funções do Estado". Face à actual situação económica e social, Pedro Silva Pereira apontou como tarefa do PS "provocar uma mudança política em Portugal, assente numa alternativa bem enraizada nas lutas sociais".

Já João Proença, líder da Tendência Sindical Socialista, outro dos oradores na sessão de encerramento, afirmou que se vive "um momento muito difícil", marcado por "uma crise económica, elevadas taxas de desemprego e ataques aos direitos colectivos e individuais dos trabalhadores".

E defendeu o reforço da negociação colectiva e a defesa da concertação social, acusando "este Governo populista, incompetente e de direita muito conservadora de causar fortes problemas ao movimento sindical". Na sua intervenção, denunciou também o "ataque brutal ao direito à habitação"

levado a cabo pelo Governo, salientando que com a nova lei do arrendamento "os inquilinos passam a ter todos um contrato a prazo", entre outras malfetorias. "Estamos perante uma bomba social que terá custos sociais gravíssimos", afirmou.

Por sua vez, o coordenador da Corrente Sindical Socialista da CGTP, Carlos Trindade, fez um balanço "muito positivo" dos dois dias de trabalho do plenário. "Saímos mais fortes, com novos órgãos eleitos, estatutos aprovados, e com um programa de acção visando o reforço da nossa organização na CGTP-IN, promovendo uma maior independência, autonomia, pluralismo e a coesão da central, no quadro de um combate às políticas da direita e da extrema-direita", disse.

"Enquanto sindicalistas estamos fortemente empenhados em contribuir com a nossa acção para a vitória do PS", afirmou, adiantando que a Corrente que lidera pretende ser com a sua acção político-sindical "um valor acrescentado" no partido.

Destaque ainda para a homenagem prestada pelo plenário da Corrente a alguns velhos e dedicados militantes do sindicalismo, entre os quais os camaradas Edmundo Pedro e Kalidás Barreto.

J. C. CASTELO BRANCO

PS/PORTO

ELEITO NOVO SECRETARIADO

O PS/Porto iniciou uma nova etapa na última Comissão Política distrital em que foi eleito um novo Secretariado. Pacificada esta estrutura federativa, as metas, segundo declarou Francisco Assis, são agora as de "projectar o PS para o exterior para alcançar o objectivo de ser o maior partido da Área Metropolitana do Porto e conquistar a Junta Metropolitana".

Aprovado com 36 votos a favor, cinco contra e dois em branco, o Secretariado da Federação integra os camaradas Strech

Ribeiro, Bruno Almeida, Afonso Lobão, Lurdes Martins, Luísa Salgueiro, Margarida Elisa, Isabel Santos, Pedro Baptista, José Luís Catarino e Nelson Correia.

Nesta recomposição, o novo Secretariado foi alargado, surgindo José Luís Catarino e Nelson Correia como secretários-adjuntos.

O líder do da Concelhia socialista do Porto entende que o importante é ter-se conseguido "clarificação" e "um secretariado que tem o apoio esmagador da comissão política distrital".

Em declarações aos jornalistas, Narciso Miranda afirmou que, ao ser aprovada a nova lista do Secretariado, "o PS deu um exemplo de grande maturidade e coesão". "O PSD e a direita que se cuidem com o distrito do Porto", avisou, considerando que o Secretariado é composto por "uma excelente equipa".

Da reunião da Comissão Política distrital saiu ainda a criação de um "Grupo de Reflexão Autárquico", do qual fazem parte nomes como José Lello, Mário Almeida, Fernando Gomes e Alberto Martins.

PS VAI BATER-SE PELO "SIM"

PARLAMENTO APROVA PERGUNTA PARA REFERENDAR CONSTITUIÇÃO EUROPEIA

O Partido Socialista vai bater-se pelo "Sim" ao referendo sobre a Constituição Europeia, cuja pergunta foi aprovada pelo PS, PSD e CDS na semana passada na Assembleia da República.

O PS defendeu que o referendo devia realizar-se sem que se fizesse uma nova revisão da Constituição, solução que acabou por vingar no Parlamento, encontrando-se então uma formulação que leva em consideração os aspectos mais inovadores do novo Tratado Constitucional.

A pergunta elaborada no Parlamento para ser submetida à apreciação dos portugueses é a seguinte: "Concorda com a Carta de Direitos Fundamentais, a regra das votações por maioria qualificada e o novo quadro institucional da União Europeia, nos termos constantes da Constituição para a Europa?"

Embora de uma grande densidade, a pergunta remete para os aspectos que são mais relevantes e inovadores para o futuro da Europa e dos europeus, como referiu o líder parlamentar do PS, António José Seguro. Assim, com a entrada em vigor do Tratado Constitucional, a Carta de Direitos fundamentais passará a ser vinculativa, obrigando as instituições a responder quando os direitos nela consagrados de âmbito económico, social ou de cidadania foram violados. Quanto à regra das votações por maioria qualificada, o seu objectivo principal é evitar que a União Europeia fique paralisada na tomada de decisões. Trata-se de consagrar a extensão daquele procedimento nos Conselhos de Ministros da União Europeia, onde o voto



por unanimidade para aprovação das decisões deixou de ser eficaz numa Europa com 25 Estados-membros. O cálculo para a aprovação de decisões tornou-se mais simples e eficaz, sendo para tal necessário que se ponham de acordo 55 por cento dos Estados-membros (o correspondente a 14), representando, pelo menos, 65 por cento da população. Por outro lado, para que uma decisão possa ser bloqueada require-se que seja defendida por, pelo menos, quatro países e 35 por cento da população.

Por fim, o novo quadro institucional refere-se ao novo equilíbrio de poderes consagrado no novo Tratado Constitucional, que traz também maior eficácia ao funcionamento das instituições comunitárias. Assim, o

Parlamento Europeu alarga o seu poder de co-legislador, dispõe da capacidade de eleger o presidente da Comissão Europeia e de confirmar o colégio de comissários. É criada a figura do ministro dos Negócios Estrangeiros da União Europeia e a do presidente do Conselho, que garante presidências mais estáveis por um período de dois anos e meio, em substituição das presidências rotativas de seis meses. Por sua vez, a Comissão Europeia vê clarificado o seu poder de iniciativa legislativa.

Também os parlamentos nacionais terão um papel acrescido no controlo das leis europeias, podendo agora, sob determinadas circunstâncias, alterá-las através de interpelação à Comissão Europeia.

PP

SAÚDE

PS QUESTIONA ATRASOS SUCESSIVOS NA CONSTRUÇÃO DO MATERNO-INFANTIL DO NORTE

Os sucessivos adiamentos da construção do Centro Materno-Infantil do Norte (CMIN) no Porto estão na origem dum requerimento de Renato Sampaio em que o deputado exige ao Ministério da Saúde explicações sobre as razões desta situação.

No documento, o parlamentar socialista lamenta que o Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) para 2005 preveja apenas 3,5 milhões de euros para o CMIN, ou seja, cerca de 10 por cento da verba inscrita em 2004 e que não foi utilizada.

O deputado do PS quer saber "que razões justificam as permanentes mudanças de calendário" para a construção do CMIN, dado este ter sido divulgado no início deste ano apontando para a conclusão da obra em 2006, mas entretanto já foram avançadas duas datas posteriores.

"De atraso em atraso, até ao esquecimento final, parece ser a política do actual Ministério da Saúde", critica Renato Sampaio, que quer do Governo o programa funcional do Centro Materno-Infantil.

O deputado quer saber igualmente se o adiamento da conclusão da obra para depois de 2006 "põe ou não em causa o financiamento comunitário" e, em caso afirmativo, se está garantido financiamento exclusivamente nacional respeitando os prazos de construção.

Encerramento de Maternidade de Lamego é incompreensível

Entretanto, preocupados com o anúncio do encerramento de várias maternidades, entre as quais a de Lamego, José Junqueiro, Ana Benavente e Miguel Ginestal questionam o Executivo sobre esta possibilidade que, a concretizar-se,

afirmam, "contradiz o programa funcional já aprovado para a futura unidade hospitalar da cidade, que prevê a existência um serviço materno-infantil".

Num requerimento dirigido ao Ministério da Saúde, os deputados socialistas sublinham esta falha de coerência nas políticas para o sector, ao mesmo tempo que sublinham o carácter "incompreensível" de uma tal decisão, dada a avaliação favorável que a própria tutela fez dos serviços prestados na Maternidade de Lamego.

Para os parlamentares do PS, torna-se urgente que o Governo esclareça a veracidade desta hipótese e, caso a confirme, deve adiantar qual seria a alternativa e quais os meios de transporte a utilizar futuramente pelas parturientes. Está a ser pensado recorrer à formação de bombeiros para apoiar partos que ocorrem nas ambulâncias?, inquirim por fim, os deputados eleitos pelo círculo de Lamego.

MARIA SANTOS RECLAMA PLANO DE ORDENAMENTO PARA ESTUÁRIO DO SADO

Na sequência do derrame de cerca de uma tonelada de crude no rio Sado (Setúbal), Maria Santos questionou a tutela do Ambiente sobre o calendário previsto para a elaboração e conclusão do Plano de Ordenamento do Estuário. Num requerimento entregue na Assembleia da República, a parlamentar do PS defende que este acidente impõe uma avaliação aprofundada das condições de segurança e fiabilidade dos sistemas de fiscalização ambiental e dois respectivos equipamentos; uma reapreciação dos potenciais impactos das actividades industriais na sustentabilidade do Estuário do Sado, bem como uma maior vigilância por parte das autoridades competentes.

Segundo Maria Santos, a inexistência de um Plano de Ordenamento do Estuário do Sado, "instrumento essencial para uma gestão eficaz e equilibrada deste valioso património natural", só contribui para acentuar as actuais fragilidades e prevaricações.

Assim, a deputada socialista exige que o ministro do Ambiente aponte para as medidas a adoptar para apurar causas e responsabilidades neste acidente, esclarecendo ainda os impactos provocados pelo mesmo no sensível ecossistema do estuário.

FOZ DO CÁVADO

DESASSOREAMENTO DA BARRA DE ESPOSENDE É URGENTE

Os prejuízos económicos para a actividade piscatória, para os movimentos de embarcações e para o turismo, bem como o dramático custo em termos de vidas humanas causados pelo intenso assoreamento da barra de Esposende motivaram um requerimento da bancada socialista em que se exige a planificação de investimentos, já para o próximo ano, com vista à resolução deste problema que afecta gravemente a região.

No documento, os deputados António Braga e Ricardo Gonçalves defendem o desassoreamento urgente da foz do rio do Cávado, a construção de dois molhes e a protecção da restinga.

Os parlamentares querem que o Governo corrija a sua proposta de PIDDAC para 2005, por forma a incluir, de novo, as verbas para viabilização destas obras, "uma necessidade inadiável no sentido de melhor proteger vidas, paisagem e bens".

No texto, os deputados questionam igualmente a tutela sobre a integração ou não destas intervenções nos programas para recuperação da costa portuguesa e, em caso de uma resposta afirmativa, António Braga e Ricardo Gonçalves aconselham a definição rápida de um calendário de concretização das obras, uma vez que todos os projectos, recordam "se encontram preparados para entrar imediatamente em execução".

ENCERRAMENTO DO TÚNEL DO ROSSIO

MIGUEL COELHO QUER CONHECER TODA A DOCUMENTAÇÃO

Na sequência das declarações contraditórias produzidas em torno do encerramento do túnel ferroviário do Rossio, Miguel Coelho exigiu, em requerimento, que o ministro das Obras Públicas apresente os documentos que fundamentaram tal decisão.

Por forma a "compreender melhor as causas próximas que originaram a situação de ruptura" e para "prevenir futuras complicações", o deputado socialista e presidente da Concelhia de Lisboa considera indispensável e urgente que António Mexia forneça à Assembleia da República, para apreciação por parte dos parlamentares, o estudo elaborado em 2003 pela Refer, o parecer dado na sequência das termografias a que o presidente desta entidade fez referência nas suas declarações públicas e a cópia dos relatórios periódicos dos últimos quatro anos da monitorização do túnel do Rossio pelo LNEC.

No documento, Miguel Coelho critica ainda a tutela por não ter tido vontade ou não ter sabido esclarecer os cidadãos sobre a decisão que foi tomada.

GALAMBA ELEITO SECRETÁRIO DA MESA DA AR

O deputado do PS António Galamba foi eleito secretário da Mesa da Assembleia da República.

O candidato socialista à autarquia das Caldas da Rainha obteve num universo de 230 deputados, o voto favorável de 168, no processo eleitoral que teve lugar no passado dia 18 na Assembleia da República.

Breves

FEDERAÇÕES

Liderada pelo presidente do **PS/Algarve**, Miguel Freiras, uma delegação de socialistas algarvios deslocou-se a Sevilha para contactar com a estrutura andaluza do PSOE.

Durante o encontro foram abordados temas como a Constituição europeia e os novos desafios da política regional no IV Quadro Comunitário de Apoio 2007/2013.

Foram igualmente tratadas matérias como a mobilidade e transportes, novos modelos e novas práticas na organização autárquica, economia e turismo, entre outras.

A **Federação de Bragança do PS** acusou os autarcas do PSD do distrito de "provincianismo bacoco" por criticarem o Governo e, simultaneamente "implorarem inaugurações governamentais de fachada".

"Tenho visto autarcas do PSD muito revoltados com o incumprimento de promessas, mas depois, quando vêm cá os ministros, é vê-los a limpar os sapatos e a pôr-lhes uma passadeira", denunciou Mota Andrade.

Os socialistas de Bragança consideram ser este Governo de coligação aquele que "mais mal tratou o distrito, não tendo lançado, em três anos, qualquer obra de vulto e limitando-se a inaugurar empreendimentos deixados pelo PS".

CONCELHIAS

No âmbito do Fórum Cidade, o **PS/Lisboa** promoveu um debate sobre desporto intitulado "Por uma cidade activa, saudável e solidária".

O evento, que se realizou no Padrão dos Descobrimentos, no passado dia 19, contou com a presença de Miguel Coelho, presidente da Concelhia socialista de Lisboa, Dias Baptista, coordenador do Fórum e Manuel Brito, dinamizador da área do desporto.

A **Comissão Política Concelhia de Serpa**, reunida no passado dia 19, contestou o que considera ser uma "campanha da edilidade local para iludir os municípios com mais um inquérito à população"

que não terá efeitos práticos.

Em comunicado, os socialistas de Serpa classificam esta iniciativa camarária como uma "acção de propaganda que só se compreende com a proximidade das eleições autárquicas".

O PS/Serpa diz que o executivo camarário manipula as necessidades de cidadãos que se defrontam diariamente com "sérios problemas de desenvolvimento", promovendo eventos culturais aos quais poucos assistem, para desviar as atenções dos verdadeiros problemas como a qualidade da água e o saneamento, que, denunciam, "continuam por resolver".

SECÇÕES

Os ferroviários portugueses estão indignados pela perda efectiva de direitos adquiridos a que foram sujeitos com a decisão, por parte do Conselho de Administração da Refer, de aplicar, a partir de Dezembro próximo, o regime de faltas e ausências constante do Código de Trabalho.

Num comunicado, a **Secção de Acção Sectorial do PS** nesta empresa pública acusa o Governo de implementar uma legislação laboral que "acaba com a contratação colectiva" e "cria mecanismos para chantagear sindicatos, limitando-lhes as possibilidades de livre negociação".

Da aplicação do Código do Trabalho, denunciam, "constata-se que, pela primeira vez desde a fundação da Refer, os trabalhadores perdem direitos adquiridos de sempre", não por terem chegado a um compromisso negociado entre sindicatos e empresa, mas por via unilateral desta, pelo que apelam ao PS a rever e alterar profundamente esta lei após a vitória eleitoral nas legislativas de 2006.

"A Escola: Dizer não ao insucesso e abandono" é o tema do seminário organizado pelo núcleo de Educação do Gabinete de Estudos do PS da **secção de Fafe**, um encontro que contou com a participação de Augusto Santos Silva.

Os socialistas debateram o que consideraram ser "uma dos grandes problemas da nossa sociedade", centrando-se nas suas causas e origens, bem como nas suas implicações sociais negativas, isto é a qualificação profissional deficitária e o baixo nível de vida.

AUTARQUIAS

A Câmara Municipal do Cartaxo vai contratar três clínicos para assegurar a cobertura médica a cem por cento em todo o concelho, garantiu o presidente da autarquia, Paulo Caldas.

O **edil socialista** explicou que tendo verificado que em termos humanos as principais carências no concelho com 25mil habitantes são ao nível de pessoal médico (existem 4 mil utentes sem médico de família), decidiu celebrar contratos de prestação de serviços com três clínicos, avançando assim com "uma medida inédita em Portugal".

Os **vereadores do PS na Câmara de Coimbra** garantem que vão continuar a exercer uma "oposição construtiva" no seio da autarquia e que "não se deixam intimidar" com "provocações e prepotências" da maioria PSD/PP.

Em conferência de Imprensa, os quatro eleitos na lista socialista voltaram a criticar a atitude do autarca do PSD Carlos Encarnação, por ter retratado a palavra a Luís Vilar numa reunião do executivo camarário.

REGIÕES

O **Secretariado do PS da ilha do Faial**, liderado por Renato Leal, decidiu apresentar a demissão em bloco aos órgãos regionais do partido nos Açores.

No final da reunião extraordinária, que decorreu, no passado dia 17 de Novembro, no grupo parlamentar socialista na Assembleia Legislativa Regional, Renato Leal confirmou a sua demissão, mas escusou-se a avançar as razões da decisão.

DEPARTAMENTO DE MULHERES

O **Departamento Nacional das Mulheres Socialistas (DNMS)** promoveu, ontem, na Assembleia da República, uma mesa-redonda sobre "O Fenómeno da Violência Doméstica em Portugal".

O evento contou com a participação de Consuelo Abril, máxima responsável da Comissão para a Investigação de Maus Tratos a Mulheres, no Parlamento espanhol, e da presidente do DNMS, Sónia Fertuzinhos.

Agenda

SECRETÁRIO-GERAL

26 e 27 de Novembro – José Sócrates participa, em Madrid, nos trabalhos do Partido Socialista Europeu.

27 de Novembro – 18h00 – O secretário-geral do PS preside a um encontro de militantes de Sintra, na Quinta do Senhor da Serra, que contará com a presença dos camaradas Jorge Coelho e Edite Estrela.

29 de Novembro – 15h30 – O líder do PS recebe a direcção do Sindicato dos Magistrados, no Largo do Rato.

2 de Dezembro – José Sócrates recebe a direcção da Associação de Têxtil e Vestuário, na sede nacional do PS.

3 de Dezembro – O líder socialista participa num jantar com militantes em Torres Vedras, que terá lugar às 20 horas, no restaurante "Valoásis", estrada nacional 8-2, entre Torres Vedras e Lourinhã.

4 de Dezembro – 18h00 – José Sócrates preside ao encerramento dos trabalhos da Comissão Nacional da JS, nas Caldas da Rainha.

4 de Dezembro - 20h00 – O secretário-geral do PS preside ao jantar de apresentação da

candidatura de António Galamba à presidência da Câmara das Caldas da Rainha.

FEDERAÇÕES

3 de Dezembro – Reunião do Conselho Consultivo da Federação do Baixo Alentejo do Partido Socialista.

4 de Dezembro – 15h00 – Convenção Autárquica Distrital em Braga, com a participação do coordenador autárquico do PS, Jorge Coelho.

5 de Dezembro – 13h00 – Encontro distrital de autarcas de freguesias, assembleias e câmaras municipais do Baixo Alentejo, em Beja, com a presença de Jorge Coelho.

CONCELHIAS

26 de Novembro – Eleições para a Comissão Política Concelhia da Marinha Grande. À liderança deste estrutura concorrem os camaradas João Paulo Pedrosa e Aníbal Curto Ribeiro.

26 de Novembro – 10h30 – Visita dum delegação do PS, liderada por António Galamba, candidato socialista à presidência Câmara Municipal das Caldas da Rainha, ao atelier de expressão, no Centro de Juventude caldense.

3 de Dezembro – Eleições para a Comissão Política Concelhia de Almada. À liderança deste estrutura concorrem os camaradas José Courinha Leitão e Artur Cortez.

7 de Dezembro – Jantar de homenagem a Mário Soares no dia em que o fundador do PS celebra os seus 80 anos de vida.
Local: Centro de Congressos de Lisboa (antiga FIL).



GUTERRES DENUNCIA

VIDA POLÍTICA ESTÁ TRANSFORMADA NUM "REALITY-SHOW"

O presidente da Internacional Socialista, António Guterres, acusou o actual poder político de "crescente promiscuidade" com os "media", sublinhando que a política portuguesa está transformada num permanente "reality-show", o que ofusca o debate das "questões essenciais". Para o país defendeu um "projecto nacional" assente no conhecimento, inovação e iniciativa.



Falando no I Congresso da Democracia Portuguesa, na Fundação Calouste Gulbenkian, António Guterres quebrou o silêncio sobre a política interna a que se tinha reservado desde que se demitiu da chefia do Governo há cerca de três anos, alertando para os "os riscos da situação presente" em Portugal, marcada por um "sentimento generalizado de insegurança e desinteresse".

"A expressão pública da vida política portuguesa parece-se cada vez mais com um permanente 'reality-show', disse, salientando, no entanto, que não tem "uma aproximação moralista ao proliferar do 'Big Brother' e de outros chamados 'reality-shows' como forma de entretenimento", não discutindo sequer a "sua estética ou o seu bom-gosto".

Segundo Guterres, o problema reside numa "promiscuidade crescente entre o poder político – e até o poder judicial – e os 'media'".

Mas fez questão de sublinhar que as suas palavras "não podem ser encaradas como um ataque à Comunicação Social", o que afirmou sempre se ter absteído de fazer.

"O problema está sobretudo nos responsáveis do poder político que sucumbem à tentativa de manipular os 'media' sem perceberem que acabarão por ser destruídos por eles", sustentou.

Falando perante uma plateia com cerca de 150 personalidades de vários

quadrantes políticos, entre as quais se encontravam José Sócrates, Ferro Rodrigues, Vítor Constâncio, Freitas do Amaral, o antigo primeiro-ministro considerou que se vive "um clima carregado" não só em Portugal, mas também na Europa e no mundo.

"Há um sentimento generalizado de insegurança e sinto o germinar das sementes do desinteresse ou da desorientação e do desânimo", disse, adiantando compreender perfeitamente a "perplexidade" que vê à sua volta, com as pessoas "a interrogarem-se sobre para onde vai o nosso país, as contradições do projecto europeu e o que está a acontecer ao mundo, em que todos os demónios se parecem ter liberdade".

Um projecto para Portugal

Na sua intervenção, Guterres fez uma abordagem dos principais problemas com que Portugal se confronta, tendo apontado, entre outros, "a muita baixa qualificação média da população activa, a fraca capacidade científica e tecnológica, os persistentes problemas da herança napoleónica, centralista e burocrática da administração, o escasso dinamismo da sociedade civil".

Para inverter esta situação, Guterres defendeu que todas as políticas devam convergir para a criação de um "projecto

nacional" assente em três pilares, "conhecimento, inovação e iniciativa, num quadro de solidariedade e coesão". E lembrou, a propósito, que enquanto primeiro-ministro, entre 1995 e 2002, assumiu como prioridades a educação, a ciência, a cultura e o investimento, áreas que constituíram o núcleo da chamada Estratégia de Lisboa da União Europeia. "Poderá sempre questionar-se se as orientações então dadas foram as mais adequadas, se precisavam ou não de ser revistas, corrigidas ou melhoradas. Mas o que me deixa realmente perplexo é o desprezo a que qualquer destes objectivos tem sido recentemente votado", disse, numa clara crítica aos governos PSD/PP que lhe sucederam, com os resultados que estão à vista no plano económico e social.

Relativamente à União Europeia, o presidente da Internacional Socialista lamentou que os 25 Estados-membros se encontrem hoje "divididos e incapazes de falarem a uma só voz ou agir com eficácia perante a generalidade das grandes questões de alcance global".

E defendeu que o recente alargamento da União Europeia "deveria ter sido antecedido ou, pelo menos, acompanhado pelo aprofundamento da integração – e não o foi".

No plano internacional, António Guterres afirmou que o mundo enfrenta "quatro grandes perversões: a exclusão, o medo, a irracionalidade e o unilateralismo".

"O verdadeiro confronto não pode dar-se entre as civilizações (por exemplo islâmica e cristã), mas entre aqueles que, dentro de cada uma das civilizações, exprimem valores racionais de tolerância, moderação e diálogo, e os que sucumbem irracionalmente ao extremismo e às suas diversas manifestações, violentas ou não", sustentou.

Na sua intervenção, Guterres não poupou nas críticas à actual Administração dos Estados Unidos que considera penetrada pelo fundamentalismo religioso, afirmando que a guerra do Iraque "veio demonstrar que o unilateralismo e o arbítrio do mais forte na condução da política internacional não só estão errados, como são ineficazes".

Opinião

O FALSO PRINCÍPIO DO UTILIZADOR-PAGADOR

Provavelmente, o ministro António Mexia tem inconfessadas preocupações ecológicas, tentando levar estas pessoas – que usam, geralmente, automóveis de alta cilindrada, adquiridos com uma parte do dinheiro que conseguem subtrair aos impostos – a apostar no transporte público. Lá diz o provérbio: "Deus escreve por linhas tortas". O sr. ministro lá sabe...



JOAQUIM JORGE VEIGUNHA

O ministro António Mexia anunciou na primeira semana de Novembro com pompa e circunstância uma "profunda reforma estratégica" no sector que tutela: a partir do próximo ano as tarifas dos transportes públicos de passageiros serão ajustadas ao custo efectivo do serviço prestado. Tudo aponta, porém, para que a "profunda reforma estratégica" do ministro dos Transportes e Comunicações já esteja realmente em curso, pois de três em três meses estas tarifas são indexadas ao aumento dos preços do combustível. Onde se encontra então a "originalidade" da

"profunda reforma estratégica" de Mexia? Esclarece-nos: apesar do "ajustamento", há "compensações". Quais?, perguntam os incautos cidadãos. E ele responde: *compensação nº1*, os preços do serviço público de passageiros serão "ajustados", mas, simultaneamente, diferenciados segundo o nível de rendimento dos passageiros; *compensação nº2*, os cidadãos que utilizam os transportes públicos apenas pagarão as viagens que efectuam de acordo com o princípio "estratégico" do "utilizador-pagador", tal como no caso das Scut's.

Este anúncio do sr. ministro deve, provavelmente, integrar-se na constituição *a priori* da tal central de propaganda governamental que o Presidente da República vetou. De facto, de "reforma" nada tem, e de "estratégica" ainda menos. Tem, pelo contrário, muito mais de "marketing" – do mau, entendase –, já que é uma ofensa há inteligência do cidadão médio que se dê ao trabalho de reflectir um pouco. Assim, Relativamente à *compensação nº1*, tudo aponta para que os cidadãos devam munir-se da declaração de rendimentos para terem acesso às "tarifas" diferenciadas. No entanto, como neste país prolifera a evasão fiscal da parte de quem tem rendimentos de "trabalho autónomo" mais elevados, eis como acabará efectivamente por "pagar o justo pelo pecador". Provavelmente, o ministro António Mexia tem inconfessadas preocupações ecológicas, tentando levar estas pessoas – que usam, geralmente, automóveis de alta cilindrada, adquiridos com uma parte do dinheiro que conseguem subtrair aos impostos – a apostar no transporte público. Lá diz o provérbio: "Deus escreve por linhas tortas". O sr. ministro lá sabe...

Relativamente à *compensação nº2*, não é preciso reflectir muito para chegar à conclusão de que o "estratégico" princípio do "utilizador-pagador" não é mais do que um eufemismo para encobrir a real e efectiva intenção governamental de acabar com um direito que a direita portuguesa sempre tentou erradicar do horizonte: o preço "político" – para utilizar o seu jargão – do passe social e, em última, instância o próprio passe social. Alguns leitores devem lembrar-se de uma outra "profunda" reforma estratégica de há alguns anos, salvo erro num dos governos da Aliança Democrática (AD). Outro "profundo" estrategista da AD decidiu que, em determinadas horas do dia, o passe social dos cidadãos idosos não seria válido. Só que a nova "reforma estratégica" consegue ir mais longe, sob a aparência de que com este Governo e este ministro a justiça social está na ordem do dia. No entanto, suponhamos um cidadão que é obrigado a apanhar, por exemplo, quatro transportes públicos por dia para os quais utiliza um passe social, combinado ou não. Segundo a "profunda reforma estratégica" do ministro Mexia, este cidadão passará, de acordo com o "princípio do utilizador-pagador", apenas a pagar precisamente oito por dia, o que ao mês, descontando os sábados, os domingos e os eventuais feriados, provavelmente verdadeiros luxos ocasionais na perspectiva do sr. ministro, perfaz 160 viagens por mês, 80 de ida e 80 de volta.

Moral: Comentários para quê, António Mexia é um ministro do Governo PSD/PP que utiliza ocasionalmente os transportes públicos.

A preparação da reunião de líderes do PSE, que decorrerá em Madrid no próximo dia 26 e o reforço das relações entre o PS e o PSE foram alguns dos temas abordados pelo secretário-geral do PS, José Sócrates, e o presidente do PSE, o ex-primeiro ministro dinamarquês Poul Rasmussen, que se deslocou ao Largo do Rato no passado dia 22. José Sócrates apresentou os contributos do Partido Socialista para a renovação do PSE e a sua posições sobre vários assuntos, entre eles referendo à Constituição europeia, a adesão da Turquia e o relatório Lamy sobre a agenda política da União Europeia para o período 2005-2009.



MAIS UM TRISTE RECORDE DA DIREITA: DESEMPREGO CHEGA AOS 7 POR CENTO



O número de desempregados está prestes a chegar ao meio milhão de pessoas. Dois anos e meio de direita no poder significaram mais 130 mil desempregados. Entre os jovens, a taxa de desemprego já ultrapassa os 16 por cento. Esta é a mais eloquente expressão do descalabro da política de Durão Barroso, Santana Lopes e Paulo Portas.

SUGESTÕES

por ISABEL PIRES DE LIMA

PAULA REGO

UMA OFERTA IMPERDÍVEL NA FUNDAÇÃO DE SERRALVES



A Fundação de Serralves oferece até 23 de Janeiro próximo uma retrospectiva imperdível de uma das maiores artistas portuguesa contemporâneas, a pintora Paula Rego (n. 1935). Paula Rego é autora de uma vasta e portentosa obra que se encontra firmada de um modo vigoroso quer em Inglaterra, onde a pintora vive desde a década de 60, quer entre nós. Basta lembrar a excelente retrospectiva que em 1997 dela apresentaram a Tate Gallery Liverpool e o Centro Cultural de Belém.

A exposição propõe-nos um percurso da obra de Paula Rego desde a sua pintura polimórfica mas já violenta dos anos 70, até às obras mais recentes, onde a pintora exhibe um forte desejo de narratividade e uma vertente plástica onde realismo e surrealismo se cruzam de um modo novo e perturbante. Com efeito, a partir de meados dos anos 80, a pintura de Paula Rego foi lentamente regressando a referências renascentistas do espaço e à pintura com modelo, tendo passado a dar uma enorme importância à observação e ao detalhe físico.

O domínio do político é porventura a trave-mestra do universo da artista, que o aborda sempre através do pessoal, do familiar, do feminino. A violência que se manifesta desde cedo na sua obra vai de par com um empenhamento político e com uma consciência muito forte de pertença a uma nação e a um género, que a levou de obras como "Salazar Vomita a Pátria" (1960) à série "Sem título", de 1998 (exibida de resto, em 1999, no CAM da Gulbenkian), sobre o aborto.

O seu gosto cada vez mais evidente por contar histórias tem-na levado a propor releituras plásticas de obras literárias de clássicos (Camilo Castelo Branco, Charlotte Brontë, Eça de Queirós – no caso deste último, *O Crime do Padre Amaro* inspirou-lhe 16 deslumbrantes quadros também já apresentados, em 1999, pelo CAM da Gulbenkian). Esse gosto passa pela construção de histórias alternativas às histórias canónicas, quer se trate de histórias infantis – Pinóquio ou Branca de Neve, inspiraram

séries de quadros com o mesmo título – quer se trate de histórias veiculadas pela arte erudita – como na série de quadros inspirados em óperas – quer se trate da história de Portugal – veja-se o já referido "Salazar Vomita a Pátria" – ou da história bíblica – como em "O Sonho de José". A encenação de versões alternativas permitindo manter vivas as contradições é um caminho para a subversão da ordem, dos poderes. A própria pintora diz: "Os meus temas favoritos são os 'jogos' provocados pelo poder, o domínio e as hierarquias. Dá-me sempre vontade de pôr tudo de pernas para o ar, desalojar a ordem estabelecida."

São histórias, as dos seus quadros, onde a violência eclode pela cor e pela forma, transportando o poder da desordem; essa é, porventura, a primeira razão pela qual a violência tanto importa ao universo de Paula Rego. Através dela pode dar largas à expressão do universo subliminal, a um mundo povoado de fantasmas, comandado pelas forças do inconsciente e fazê-lo emergir a par do mundo da vigília ou em osmose por vezes delirantes com ele, com os seus valores, obsessões, terrores. E assim irrompe nos quadros da pintora uma nova ordem das coisas, novas versões das histórias, da História, desordens que se aproximam daquele "ponto supremo" que Breton e os surrealistas almejavam alcançar onde os contrários se esbatem e a convivência entre a vida e a morte, o real e o imaginário, o passado e o futuro é possível. Para os surrealistas, o humor negro constituía um caminho a percorrer na perseguição desse ponto supremo, via que Paula Rego não deixa de ensaiar, um humor negro, feroz, provocador, estranho e desconcertante no seu furor de matriz anárquica e iconoclasta.

Uma obra que incomoda, que antecipa e que importa, também por isso, conhecer e revisitar – uma oferta imperdível da Fundação de Serralves. Ofereça-se o presente natalício de uma viagem ao Porto...

Acção
Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Augusto Santos Silva | DIRECTOR-ADJUNTO Silvano Gomes da Silva silvano@ps.pt | REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; Mary Rodrigues mary@ps.pt; P. Pisco ppisco@ps.pt | SECRETARIADO Virginia Damas virginia@ps.pt
PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA Francisco Sandoval francisco@ps.pt | EDIÇÃO INTERNET José Raimundo; Francisco Sandoval
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33
DEPÓSITO LEGAL N.º 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal
ou para accaosocialista@ps.pt

w w w . p s . p t / a c c a o